

Açucareira Quatá S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de março de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14

Relatório da Administração

Prezados Senhores:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Açucareira Quatá S.A., individuais e consolidadas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

Visão Geral da Companhia

A Açucareira Quatá S.A. é a principal Companhia pertencente à Zilor Energia e Alimentos – Zilor. Nesse cenário, de forma adicional, a Zilor está publicando as demonstrações financeiras combinadas incluindo as Companhias: Usina Barra Grande de Lençóis S.A. – UBG e Açucareira Zillo Lorenzetti S.A. – AZL ambas incorporadas pela Açucareira Quatá S.A. em 31 de dezembro de 2018, mais a própria Açucareira Quatá S.A. e a Companhia Agrícola Quatá e suas controladas.

Decorrente, em especial do processo de reorganização patrimonial e, também, da sinergia operacional entre as empresas Zilor citadas, entendemos que uma correta leitura e compreensão do desempenho operacional, financeiro e estratégias de gestão, bem como a demonstração dos principais resultados e indicadores devem ser analisados de forma unificada somando e combinando toda a estrutura de negócios, Açucareira Quatá S.A. e Companhia Agrícola Quatá.

Desse modo, tendo em vista essa fidedigna correlação queremos chamar atenção para a leitura do Relatório da Administração que está sendo reportado através das demonstrações financeiras Combinadas da Zilor onde apresentamos a nossa análise relativa a performances do Companhia e, por consequência, da Açucareira Quatá S.A. relativa a este exercício social. Neste Relatório individual destacaremos alguns pontos que também se aplicam de exclusivamente para Açucareira Quatá S.A.

Governança Corporativa

As mudanças de governança implantadas durante a safra 18/19, como a profissionalização do Conselho de Administração e os Comites Criados foram mantidos durante a safra 19/20.

O Conselho de Administração conta com um período de gestão de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos visando promover o crescimento sustentável da Açucareira Quatá S.A., proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas, aprovar políticas e diretrizes e acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos nos Planos de Negócios.

Essa estrutura demonstra o compromisso da Açucareira Quatá S.A. com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhado com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders, visando garantir o cumprimento da missão de dar continuidade a capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável.

Adicionalmente a Companhia reforçou o seu time de executivos e está investindo para aperfeiçoar controles e processo. Implantando novos rituais de gestão para monitorar os controles implantados.

Controles Internos e Gestão de Riscos

A Açucareira Quatá S.A., no exercício de sua gestão adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos:

- Políticas de Gestão e de Negócios aprovadas pelo Conselho de Administração com foco nos processos e gestão de riscos;
- Elaboração de Orçamento Plurianual;
- Robusta gestão do fluxo de caixa;
- Acompanhamento mensal do orçamento Previsto x Realizado, inclusive com vinculação em sistema de verbas, centros de custos e contas contábeis;
- Auditorias Interna e Externa;
- Relatórios Gerenciais voltado para munir gestão e acionistas de informações relevantes para a companhia e fonte de dados para tomada de decisão;
- Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos;
- Gestão das obrigações fiscais com manutenção tempestiva do cumprimento das obrigações acessórias, incluindo tributos administrados pela União Federal, Estados, Municípios e Previdência Social.

Reorganização Patrimonial

A reorganização patrimonial, denominada Projeto Renova Zilor, promovida pela Açucareira Quatá S.A. simplificou a estrutura societária da Zilor trazendo benefícios para todos os seus stakeholders, aproveitando melhor os seus recursos que possibilitarão a expansão dos projetos sociais.

Aprovado pelo Conselho de Administração, o projeto contou com duas grandes operações que foram legalmente efetivadas na data base de 31.12.2018, a saber: (i) incorporação das Companhias Usina Barra Grande de Lençóis S.A. e Açucareira Zillo Lorenzetti S.A. pela Açucareira Quatá S.A. e, (ii) alienação dos estabelecimentos agrícolas da Companhia Agrícola Quatá, compreendendo o complexo de bens organizados da atividade agrícola (exceto a terra nua) para a Açucareira Quatá S.A., transformando-a numa agroindústria.

A partir de sua efetivação, o projeto condicionou um novo modelo operacional onde a Açucareira Quatá S.A. passa a figurar como única entidade legal produtora concentrando açúcar, etanol, energia e Biorigin, além de verticalizar sua operação desde o campo.

Considerações finais

Diante dos eventos recentes decorrentes da pandemia causada pelo Covid-19, a Administração da Companhia instituiu um gabinete de crise visando a preservação da saúde de seus colaboradores e familiares, a preservação de caixa, a racionalização das despesas e priorização de investimentos, essas medidas buscam fortalecer a Açucareira Quatá S.A. e prepara-la para o período pós-pandemia.

Agradecemos todos aqueles que contribuíram para mais um ciclo da Açucareira Quatá S.A., principalmente nossos Colaboradores e suas famílias, Fornecedores, Parceiros, Assessores e Consultores, Membros do Conselho de Administração, e tantos outros que colaboraram para que pudéssemos superar as adversidades e buscar novas oportunidades para os nossos negócios. Aos nossos Acionistas somos gratos pelas demonstrações de confiança e respeito a todos que contribuíram para o desempenho da Companhia nesta safra 19/20.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Lençóis Paulista - SP, 25 de junho de 2020.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Administradores da
Açucareira Quatá S.A.
Lençóis Paulista – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Açucareira Quatá S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Açucareira Quatá S.A. em 31 de março de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer fora de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Açucareira Quatá S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Consolidado		Controladora	
		mar/20	mar/19	mar/20	mar/19			mar/20	mar/19		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	995.605	838.059	917.062	828.098	Fomecedores	23	296.268	626.067	292.229	611.877
Clientes e outras contas a receber	11	101.406	148.164	194.446	200.477	Instrumentos financeiros derivativos	10	39.859	-	39.859	-
Instrumentos financeiros derivativos	10	-	11.414	-	11.414	Empréstimos e financiamentos	24	523.430	463.630	489.075	442.516
Contas a receber - Cooperativa	12	150.151	81.427	149.482	81.427	Passivo de arrendamento	20	224.847	-	224.847	-
Estoques	13	242.950	155.473	137.202	101.196	Impostos e contribuições a recolher	25	5.953	4.635	5.920	4.093
Ativos biológicos	14	196.305	75.004	196.305	75.004	Passivo fiscal corrente	26	5.841	-	2.154	-
Adiantamentos a fornecedores	15	-	96.275	-	84.697	Tributos parcelados	27	16.419	16.012	16.419	16.012
Impostos a recuperar	16	28.786	33.178	27.306	32.286	Obrigações com a Cooperativa	28	10.630	10.446	10.630	10.446
Ativo fiscal corrente	17	9.664	17.766	8.476	16.369	Salários e contribuições sociais	29	62.035	52.696	60.352	49.187
Despesas antecipadas		21.757	14.443	21.686	14.374	Dividendos a pagar	18	34.200	31.800	34.200	31.800
						Outras contas a pagar		4.504	894	2.214	891
Total do ativo circulante		1.746.624	1.471.203	1.651.965	1.445.342	Total do passivo circulante		1.223.986	1.206.180	1.177.899	1.166.822
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	24	2.022.048	1.567.684	2.022.048	1.541.406
Clientes e outras contas a receber	11	67.534	31.085	55.895	6.886	Passivo de arrendamento	20	1.187.187	-	1.187.187	-
Mútuo financeiro	18	9.892	9.892	-	-	Tributos parcelados	27	60.789	75.278	60.789	75.278
Despesas antecipadas		1.158	1.230	1.158	1.230	Obrigações com a Cooperativa	28	157.590	159.196	142.934	159.196
Adiantamentos a fornecedores	15	26.048	66.256	26.047	66.256	Dividendos a pagar	18	-	34.200	-	34.200
Impostos a recuperar	16	30.094	49.152	30.094	49.152	Provisões	30	118.526	85.855	110.164	85.759
Ativo fiscal diferido	17	80.844	101.062	73.347	95.443	Provisão para perdas em investimentos	19	-	-	3.260	2.926
Total do realizável a longo prazo		215.570	258.677	186.541	218.967	Total do passivo não circulante		3.546.140	1.922.213	3.526.382	1.898.765
Investimentos	19	125.157	127.325	198.846	155.908	Total do passivo		4.770.126	3.128.393	4.704.281	3.065.587
Outros investimentos		21.061	21.012	20.994	21.012	Patrimônio líquido	31				
Direito de uso	20	1.498.788	-	1.498.788	-	Capital social		376.774	376.774	376.774	376.774
Imobilizado	21	1.638.608	1.634.088	1.594.671	1.610.960	Ajustes de avaliação patrimonial		84.958	78.300	84.958	78.300
Intangível	22	15.736	16.254	12.789	13.564	Prejuízos acumulados		(1.419)	(54.908)	(1.419)	(54.908)
Total do ativo não circulante		3.514.920	2.057.356	3.512.629	2.020.411	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		460.313	400.166	460.313	400.166
Total do ativo		5.261.544	3.528.559	5.164.594	3.465.753	Participação de não controladores		31.105	-	-	-
						Total do patrimônio líquido		491.418	400.166	460.313	400.166
						Total do passivo e do patrimônio líquido		5.261.544	3.528.559	5.164.594	3.465.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Açucareira Quatá S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Receita operacional líquida	34	2.178.492	1.024.709	2.080.494	917.446
Varição no valor justo do ativo biológico	35	245.718	(103.179)	245.718	(103.179)
Custos dos produtos vendidos	35	(1.871.630)	(799.107)	(1.825.843)	(729.365)
Lucro bruto		552.580	122.423	500.369	84.902
Despesas de vendas	35	(132.744)	(93.394)	(102.141)	(67.015)
Despesas administrativas e gerais	35	(123.991)	(59.597)	(112.638)	(49.033)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11	-	(5.304)	-	(5.304)
Outras receitas operacionais líquidas	36	215.076	56.166	167.401	56.777
Resultado antes das financeiras líquidas, participação nos resultados de empresas investidas e impostos		510.921	20.294	452.991	20.327
Receitas financeiras	37	160.094	90.759	157.160	93.759
Despesas financeiras	38	(477.704)	(168.016)	(475.822)	(168.662)
Variações cambiais líquidas	39	(79.915)	(44.136)	(79.704)	(43.488)
Financeiras líquidas		(397.525)	(121.393)	(398.366)	(118.391)
Participação nos resultados de empresas investidas	19	13.328	22.090	31.740	21.265
Resultado antes dos impostos		126.724	(79.009)	86.365	(76.799)
Imposto de renda e contribuição social	17	(68.494)	29.928	(41.129)	27.718
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		58.230	(49.081)	45.236	(49.081)
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		45.236	(49.081)	45.236	(49.081)
Acionistas não controladores		12.994	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		58.230	(49.081)	45.236	(49.081)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Açucareira Quatá S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	58.230	(49.081)	45.236	(49.081)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Outros componentes do resultado abrangente do exercício				
Variação cambial de investidas no exterior	12.297	1.889	12.297	1.889
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas - reflexo	2.614	(989)	2.614	(989)
Resultado abrangente total do exercício	73.141	(48.181)	60.147	(48.181)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Açucareira Quatá S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Consolidado							
<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>							
Nota	Capital social	Própria	Reflexa	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total
Saldo em 1º de abril de 2018							
	532.038	22.970	357	(294.198)	261.167	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(49.081)	(49.081)	-	-
Redução de capital por absorção de prejuízo	(294.197)	-	-	294.197	-	-	-
Integralização de capital por incorporação - Usina Barra Grande de Lençóis S.A. e Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	138.933	56.990	1.045	(9.788)	187.180	-	-
Variação cambial de investidas no exterior	19	1.889	-	-	1.889	-	-
Realização do custo atribuído	-	(4.040)	-	4.040	-	-	-
Realização de custo atribuído em investida	-	-	78	(78)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	-	-	(989)	-	(989)	-	-
Saldo em 31 de março de 2019							
	376.774	77.809	491	(54.908)	400.166	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	45.236	45.236	12.994	58.230
Aquisição de controle - USP	-	-	-	-	-	18.111	18.111
Variação cambial de investidas no exterior	-	12.297	-	-	12.297	-	12.297
Realização do custo atribuído	-	(8.593)	-	8.593	-	-	-
Realização de custo atribuído em investida	-	-	340	(340)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	19	-	2.614	-	2.614	-	2.614
Saldo em 31 de março de 2020							
	376.774	81.513	3.445	(1.419)	460.313	31.105	491.418

Controladora

<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>						
Nota	Capital social	Própria	Reflexa	Prejuízos acumulados	Total	
Saldo em 1º de abril de 2018						
	532.038	22.970	357	(294.198)	261.167	
Prejuízo do exercício	-	-	-	(49.081)	(49.081)	
Redução de capital por absorção de prejuízo	(294.197)	-	-	294.197	-	
Integralização de capital por incorporação - Usina Barra Grande de Lençóis S.A. e Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	138.933	56.990	1.045	(9.788)	187.180	
Variação cambial de investidas no exterior	19	1.889	-	-	1.889	
Realização do custo atribuído	-	(4.040)	-	4.040	-	
Realização de custo atribuído em investida	-	-	78	(78)	-	
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	-	-	(989)	-	(989)	
Saldo em 31 de março de 2019						
	376.774	77.809	491	(54.908)	400.166	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	45.236	45.236	
Variação cambial de investidas no exterior	-	12.297	-	-	12.297	
Realização do custo atribuído	-	(8.593)	-	8.593	-	
Realização de custo atribuído em investida	-	-	340	(340)	-	
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	19	-	2.614	-	2.614	
Saldo em 31 de março de 2020						
	376.774	81.513	3.445	(1.419)	460.313	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Açucareira Quatá S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	126.724	(79.009)	86.365	(76.799)
Ajustes de:				
Depreciação e amortização	317.189	69.677	313.073	70.344
Depreciação da planta portadora	160.697	-	160.697	-
Diminuição no ativo biológico devido a colheita	178.869	-	178.869	-
Variação no valor justo do ativo biológico	14 (245.718)	103.179	(245.718)	103.179
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados	14.201	6.897	13.913	4.494
Participação nos resultados de empresas investidas	19 (13.328)	(22.090)	(31.740)	(21.265)
Provisão para perdas em investimentos	-	-	(2.926)	-
Resultado com derivativos	55.850	3.922	55.850	3.922
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11 -	5.304	-	5.304
Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques	13 12.643	8.164	11.435	8.122
Juros e variações cambiais provisionados	(7.668)	128.707	-	118.552
Juros passivos sobre conta-corrente mercantil	-	(1.871)	-	(1.871)
Apropriação de encargos financeiros	307.498	(1.040)	293.116	(1.040)
Constituição de provisão	117.411	49.558	117.411	49.462
Outros ajustes de resultado	(10.875)	51	6.991	52
Variações em:				
Clientes e outras contas a receber	10.309	(64.171)	(42.978)	(89.468)
Contas a receber - Cooperativa	(70.146)	27.791	(84.133)	27.791
Estoques	(100.120)	134.601	(47.441)	136.669
Adiantamentos a fornecedores	136.483	(48.937)	124.906	(37.359)
Impostos a recuperar	(16.724)	(3.371)	12.898	(8.125)
Despesas antecipadas	(7.242)	(12.553)	(7.240)	(12.557)
Depósitos judiciais	(84.740)	(668)	(93.006)	(668)
Fornecedores	(346.103)	18.670	(335.952)	5.337
Impostos e contribuições a recolher	7.159	(28.874)	3.981	(28.150)
Tributos parcelados	(14.082)	53.925	(14.082)	53.925
Salários e contribuições sociais	9.339	21.134	11.165	19.884
Direito de uso	(213.721)	-	(213.721)	-
Outras contas a pagar	3.610	(2.017)	1.323	(1.252)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	327.515	366.979	273.056	328.483
Instrumentos financeiros derivativos pagos	(4.577)	(17.244)	(4.577)	(17.244)
Juros pagos	-	(1.923)	-	(1.923)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	(143.592)	(51.774)	(143.255)	(49.355)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(4.752)	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	179.346	291.286	125.224	259.961
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos de coligadas	-	1.396	-	1.396
Aumento de participação de não controladores	59.344	-	-	-
Resgate de aplicação financeira	-	-	-	719
Aquisição de outros investimentos	-	10.443	-	1
Gastos com plantio e tratamentos culturais	(209.919)	-	(209.919)	-
Aquisição Imobilizado Controladora	(532)	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	(188.532)	(126.504)	(171.415)	(120.368)
Aquisição de ativo intangível	22 (619)	(685)	(466)	(685)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimentos	(340.258)	(115.350)	(381.800)	(118.937)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Variação de mútuo financeiro	-	(50.686)	-	(40.794)
Variação de obrigações com a Cooperativa e arrendamento mercantil	-	(60.257)	-	(60.258)
Caixa adquirido incorporação	-	229.181	-	229.181
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	1.740.119	1.214.430	1.740.119	1.214.430
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	(1.389.861)	(821.640)	(1.362.779)	(801.377)
Dividendos pagos	(31.800)	(6.360)	(31.800)	(6.360)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	318.458	504.668	345.540	534.822
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	157.546	680.604	88.964	675.846
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	9 838.059	157.455	828.098	152.252
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	9 995.605	838.059	917.062	828.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Açucareira Quatá S.A. (“Companhia”, “Companhia e suas controladas”, “Controladora” ou “AQ”) é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (“Cooperativa”), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, nos mercados interno e externo, é rateado para cada cooperado, conforme as regras legais definidas pelo Parecer Normativo CST n° 66, de 5 de setembro de 1986 (PN 66). Também compreendem o objeto operacional da Companhia a cogeração de energia elétrica utilizada para o consumo interno e para a comercialização com terceiros, além da participação no capital de outras empresas.

Adicionalmente, a Companhia atua na produção de derivados de levedura para comercialização independente da Copersucar, substancialmente, no mercado externo por meio da unidade de negócio Biorigin.

- As informações financeiras da Companhia e suas controladas: Biorigin USA LLC (“Biorigin USA”); Biorigin Europe NV (“Biorigin Europe”); Agropecuária Vale do Guaporé Ltda. (“AVG”); e ZL Aviação Executiva Ltda. (“ZLAE”), compõem as demonstrações financeiras consolidadas.
- Reorganização Patrimonial e Societária

Em 20 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração que inclui a Companhia e suas controladas, além da Usina Barra Grande de Lençóis S.A. (“UBG”) e Açucareira Zillo Lorenzetti S.A. (“AZL”), aprovou os atos relacionados à reorganização patrimonial e societários da Zilor como efeitos a partir de 31 de dezembro de 2018, incluindo as operações: (i) incorporação das companhias Usina Barra Grande de Lençóis S.A. (“UBG”) e Açucareira Zillo Lorenzetti S.A. (“AZL”) pela AQ; e (ii) aquisição das atividades agrícolas (exceto a terra nua), exercidas através da CAQ, pela AQ.

O objetivo da reorganização patrimonial e societária foi a consolidação e integração das operações em uma única pessoa jurídica, caracterizando-se como medida de racionalização das atividades das entidades da Companhia. A reorganização operacional, contempla a simplificação da estrutura societária, permitindo vantagens para todos os seus acionistas e consideráveis benefícios às sociedades envolvidas de ordem administrativa, financeira e econômica, com um melhor aproveitamento de seus recursos e uma perspectiva de expansão dos negócios sociais.

Em relação à incorporação, detalhamento e abertura do acervo líquido das entidades incorporadas incluindo a movimentação líquida entre a data base do laudo de incorporação em 30 de novembro de 2018 e a efetivação da incorporação em 31 de dezembro de 2018, estão divulgadas nas demonstrações financeiras combinadas da Zilor relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2019.

- **Consolidação da União São Paulo S.A. Agricultura Indústria e Comércio**

A União São Paulo S.A. Agricultura Indústria e Comércio (USP) é uma sociedade anônima de capital fechado localizada em Lençóis Paulista - SP. Até o ano de 1999, as atividades operacionais consistiam na industrialização de cana-de-açúcar para produção de etanol, açúcar e outros produtos afins, comercializados através da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda. (“Cooperativa”). No exercício de 2000 a Companhia operou com a comercialização de cana-de-açúcar colhida, proveniente da safra anterior e a partir do exercício de 2001, as atividades operacionais compreendiam somente o arrendamento agrícola de terras. As operações de Companhia encontram-se paralisadas desde então possui apenas a gestão de bens, direitos e obrigações resultantes da alienação de ativos, sendo esta a única forma de remuneração aos seus acionistas, na proporção de seus investimentos.

Controle e Consolidação

A AQ reconhecia até agosto de 2019, os reflexos de investimento na USP através do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), reconhecimento esse sustentado pelo não controle da em decorrência de seu volume de participação, adicional ao fato de “Poder”, conforme definido pelas normas contábeis vigentes não estar centralizado na AQ uma vez que as decisões da USP são dirigidas pelo órgão de diretoria.

Em análise ao estatuto social da USP é possível notar que os poderes direcionados a diretoria deixam a Administração do negócio e as decisões estratégicas centralizadas nesse órgão, sendo assim, há o entendimento de que o poder, que não era notado até o presente momento, passa a ser exercício única e exclusivamente por membros do Conselho de Administração e diretoria da AQ, que a partir de 18 de setembro de 2019 passou a ser realizado pelos mesmos indivíduos que representam a AQ, determinando assim a existência de Poder e Controle nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios.

Abaixo os principais ativos e passivos consolidados em março de 2020 e setembro de 2019:

Ativo	mar/20	set/19	Passivo	mar/20	set/19
Caixa e equivalentes de caixa	69.625	19.725	Fornecedores	114	121
Aplicações financeiras	-	22.498	Passivo fiscal corrente	243	7.234
Contas a receber - Cooperativa	669	703	Outras contas a pagar	2.289	2.289
Impostos de renda e contribuição social	1.208	1.164			
Despesas antecipadas	-	3	Total do passivo circulante	2.646	9.644
Total do ativo circulante	71.502	44.093	Obrigações com a Cooperativa	14.656	14.641
			Provisões	8.362	7.151
Clientes e outras contas a receber	11.535	5.138	Total do passivo não circulante	23.018	21.792
Depósito judicial	-	11.627			
Outros investimentos	67	67	Capital social	25.246	25.246
Imobilizado	533	533	Reservas de lucros	3.992	3.992
			Lucro acumulado	28.735	784
	12.135	17.365			
			Total do patrimônio líquido	57.973	30.022
Total do ativo	83.637	61.458	Total do passivo	83.637	61.458

Pandemia do Covid -19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia ajustou seus fluxos de caixa previsto para um pior cenário (worst case) e ainda assim conclui que tem uma expectativa razoável de que terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente de continuidade não é material, principalmente considerando o fluxo de caixa realizado em abril e maio, quando comparado com este fluxo de caixa ajustado.

Diante dos eventos recentes decorrentes da pandemia causada pelo Covid-19, a Administração da Companhia instituiu um gabinete de crise visando a preservação da saúde de seus colaboradores e familiares, a preservação de caixa, a racionalização das despesas e priorização de investimentos, essas medidas buscam fortalecer a Companhia e prepara-la para o período pós-pandemia. Maiores detalhes veja nota explicativa 42.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do imobilizado na data de transição para os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC” e os ativos e passivos financeiros que são designados à valor justo por meio do resultado, mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras individuais consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras combinadas, estão divulgadas na nota explicativa 4.2.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa 4.2.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Zilor, estão apresentados na nota explicativa 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras combinadas anuais da Zilor no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.1.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 25 de junho de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de consolidação

A composição dos patrimônios líquidos e resultados do exercício findos em 31 de março de 2020 e 2019 das companhias acima elencadas e os respectivos saldos consolidados podem ser assim apresentados:

	Total do ativo		Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		Resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores		Resultado Abrangente	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Açucareira Quatá S.A.	5.161.334	3.465.753	460.313	400.166	45.236	(49.081)	60.147	(48.181)
Biorigin USA LLC	146.520	105.932	391	(94)	(1.057)	(2.086)	(1.057)	(2.086)
Biorigin Europe NV	111.183	105.830	46.765	21.799	14.213	464	14.213	464
Agropecuária Vale do Guaporé Ltda.	9.899	10.095	9.762	10.095	(333)	(55)	(333)	(55)
ZL Aviação Executiva Ltda.	71	331	(17)	(197)	(310)	(490)	(310)	(490)
	5.429.007	3.687.941	517.214	431.769	57.749	(51.248)	72.660	(50.348)
Eliminações intragrupo	(167.463)	(159.382)	(56.901)	(31.603)	(12.513)	2.167	(12.513)	2.167
	5.261.544	3.528.559	460.313	400.166	45.236	(49.081)	60.147	(48.181)

(i) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados para fins das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais estão incluídas nas notas explicativas: 19 - Investimentos: determinação se a Companhia e suas controladas tem influência significativa sobre uma investida; 34 - Receita operacional líquida: se a receita de açúcar, etanol e levedura é reconhecido durante o exercício correto, ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; consolidação: 2.2 - O Grupo detém de fato controle sobre as investidas; e 20 – o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação.

4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

- **Nota explicativa 14:** Ativos biológicos

O valor justo do ativo biológico da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

- **Nota explicativa 17:** Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- **Nota explicativa 20:** Taxa de desconto para direito de uso

Para cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento foi utilizada uma projeção de CDI baseada na vida útil dos contratos de terras vigentes.

- **Nota explicativa 21:** Revisão da vida útil do imobilizado

Para os ativos com vida útil definida é revisada no fechamento de cada exercício social a vida útil econômica remanescente do ativo. Já para os ativos com vida útil econômica indefinida é realizado no fechamento do exercício social o teste de recuperabilidade de ativos e as perdas por teste de recuperabilidade são reconhecidas se, e somente se, o valor recuperável do ativo for menor do que o valor contábil.

- **Nota explicativa 30:** Provisões

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

4.3 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC”, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14:** Ativos biológicos; e

- **Nota explicativa 33:** Instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis às normas CPCs e interpretações ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2) a partir de 1º de abril de 2019.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia e suas controladas na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não foram rerepresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

5.1 CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 02 (R2) introduziu um modelo único para a contabilização de arrendamentos no balanço de arrendatários. Como resultado, a Companhia e suas controladas, como arrendatária, reconheceram os direitos de usar ativos que representam seus direitos de usar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de fazer pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece similar às políticas contábeis anteriores.

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos.

Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi rerepresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 e interpretações relacionadas.

As premissas consideradas para adoção inicial do CPC 06(R2) na Companhia e suas controladas foram:

- Prazo de arrendamento mercantil – exercício pelo qual a Companhia e suas controladas contrataram o arrendamento mercantil do imóvel. A Companhia e suas controladas adotaram o prazo firmado em cada contrato, pois entende que não possui uma obrigação executável além do prazo contratual estabelecido. Determinou-se também o uso da percepção tardia (*hindsight*), para determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros;
- Isenção de reconhecimento – A Companhia e suas controladas optaram pela isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e arrendamentos de baixo valor, considerando ativos subjacentes com valor inferior a R\$ 20 mil. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia e suas controladas registram da despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido;
- Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário – a Companhia e suas controladas consideraram, para todos os contratos, taxas de juros necessárias para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia na data de adoção da norma. Para identificar as taxas adotadas, considera a taxa livre de risco, ajustada pelos efeitos inflacionários e risco de crédito do país, adicionada aos fatores de risco de crédito da Companhia e suas controladas e prêmio específico dos ativos arrendados;

As taxas utilizadas pela Companhia e suas controladas variam conforme a classe dos ativos arrendados conforme segue:

- Terras agricultáveis: entre 6% a.a. e 7% a.a. alocadas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos, a taxa foi lastreada em projeção da CDI de acordo com a média da vida remanescente dos contratos vigentes (média de 4,5 anos)
- Veículos e imóveis: entre 9% a.a. e 10% a.a. alocadas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos, bem como o índice de atualização determinado nos instrumentos contratuais (IGPM, IPCA, entre outros).
- Mensuração do ativo de direito de uso - A Companhia e suas controladas não incluíram os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso;
- Amortização do ativo de direito de uso - Os contratos da Companhia e suas controladas não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo contratual, o que for menor. A Companhia e suas controladas adotam a alocação da amortização do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas reavaliarão periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações no plano de negócios.
- Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento - O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada exercício durante o prazo do arrendamento mercantil. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício a medida em que são incorridos; e
- Valor recuperável do ativo de direito de uso - A Companhia e suas controladas continuarão aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base nas suas projeções futuras.

Inventário de contratos

Durante o exercício findo em 31 de março de 2019, a Companhia e suas controladas efetuaram a identificação dos contratos (inventário dos contratos), substancialmente aqueles contratos de arrendamento mercantil que se encontravam no contexto de arrendamento mercantil operacional (CPC 06 (R1)), avaliando, se, contém, ou não, contratos de arrendamento ou contratos de prestação de serviço de acordo com o CPC 06 (R2). Com isso, a Companhia e suas controladas avaliaram os potenciais impactos advindos da aplicação inicial da norma.

Após avaliação e inventário dos contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram novos ativos relacionados aos contratos de: (i) arrendamentos e parcerias agrícolas para cultivo dos ativos biológicos no estado de São Paulo (1.848 contratos); (ii) aluguel de escritório administrativo localizado na cidade de São Paulo (1 contrato); e (iii) aluguel de frota de veículos e equipamentos para utilização nas atividades diárias dos colaboradores para as unidades produtoras (30 contratos).

Os quadros abaixo demonstram os efeitos patrimoniais da adoção inicial:

	Consolidado		
	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após adoção inicial
	01/04/2019	CPC 06 (R2)	01/04/2019
Ativo			
Circulante			
Adiantamento a fornecedores	96.275	(96.275)	-
Demais ativos	1.374.928	-	1.374.928
Total do ativo circulante	1.471.203	(96.275)	1.374.928
Não circulante			
Direito de uso	-	1.457.853	1.457.853
Adiantamento a fornecedores	66.256	(7.267)	58.989
Demais ativos	1.991.100	-	1.991.100
Total do ativo não circulante	2.057.356	1.450.586	3.507.942
Total do ativo	3.528.559	1.354.311	4.882.870
Passivo			
Circulante			
Passivo de arrendamento	-	153.002	153.002
Demais passivos	1.206.180	-	1.206.180
Total do passivo circulante	1.206.180	153.002	1.359.182
Não circulante			
Passivo de arrendamento	-	1.201.309	1.201.309
Demais passivos	1.922.213	-	1.922.213
Total do passivo não circulante	1.922.213	1.201.309	3.123.522
Total do patrimônio líquido	400.166	-	400.166
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.528.559	1.354.311	4.882.870
Controladora			
	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após adoção inicial
	01/04/2019	CPC 06 (R2)	01/04/2019
Ativo			
Circulante			
Adiantamento a fornecedores	84.697	(84.697)	-
Demais ativos	1.360.645	-	1.360.645
Total do ativo circulante	1.445.342	(84.697)	1.360.645
Não circulante			
Direito de uso	-	1.457.853	1.457.853
Adiantamento a fornecedores	66.256	(18.845)	47.411
Demais ativos	1.954.155	-	1.954.155
Total do ativo não circulante	2.020.411	1.439.008	3.459.419
Total do ativo	3.465.753	1.354.311	4.820.064

	Controladora		
	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após adoção inicial
	01/04/2019	CPC 06 (R2)	01/04/2019
Passivo			
Circulante			
Passivo de arrendamento	-	153.002	153.002
Demais passivos	1.166.822	-	1.166.822
Total do passivo circulante	1.166.822	153.002	1.319.824
Não circulante			
Passivo de arrendamento	-	1.201.309	1.201.309
Demais passivos	1.898.765	-	1.898.765
Total do passivo não circulante	1.898.765	1.201.309	3.100.074
Total do patrimônio líquido	400.166	-	400.166
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.465.753	1.354.311	4.820.064

5.2 Outras normas e interpretações vigentes a partir de 1º de abril de 2019, sem efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Interpretação ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afetem a aplicação do CPC 32 – Tributos sobre o lucro e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito do CPC 32 – Tributos sobre o lucro, nem inclui especificamente requisitos relativos a juros e penalidades associados a impostos incertos tratamentos.

A Companhia e suas controladas analisaram decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela Companhia e suas controladas. Para posições fiscais incertas conhecidas a Companhia e suas controladas revisaram as opiniões legais correspondentes e jurisprudências e, não identificou impactos a serem registrados, uma vez que concluiu não ser provável que as autoridades fiscais não aceitem as posições adotadas.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a exame pelas autoridades fiscais, com os cinco anos fiscais abertos em geral. A Companhia e suas controladas não possuem fiscalizações em andamento. Nesse momento, a Companhia e suas controladas não possuem incertezas quanto ao tratamento de tributo sobre o lucro.

Não foram identificados efeitos da adoção da interpretação ICPC 22 que afetassem as políticas contábeis da Companhia e suas controladas e essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas:

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras condensadas da Companhia e suas controladas no exercício findos em 31 de março de 2020 e 2019. As controladas diretas e indiretas estão listadas a seguir:

	Empresas consolidadas			
	mar/20		mar/19	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Açucareira Quatá S.A.				
Agropecuária Vale do Guaporé Ltda.	100%	-	100%	-
Biorigin Europe N.V.	100%	-	100%	-
Biorigin USA, LLC	100%	-	100%	-
PTX Food Corp.	-	100%	-	100%
TPZB Realty, LLC	-	100%	-	100%
ZL Aviação Executiva Ltda.	100%	-	100%	-
União São Paulo S.A. Agric. Ind. E Comércio	46%	-	-	-

(i) Controladas

Um Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras condensadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que este Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras condensadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- investimento em títulos patrimoniais designados a VJORA Valor justo através de outros resultados abrangentes);
- passivo financeiro designado como *hedge* do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o *hedge* é efetivo (veja (j)); e
- um *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente à diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

c. Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece a receita quando seu valor possa ser mensurado com segurança, sendo provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda:

(i) Venda de produtos - açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia e suas controladas em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.

(ii) Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de abril de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa acima. Não foram identificados impactos relevantes quando da aplicação inicial do CPC 47.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Receita de dividendos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas determinaram que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente;
- Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável;
- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando essas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço;
- A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos; e
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, determinado no seu reconhecimento inicial e na data base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo do ativo biológico, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratamentos culturais do ativo biológico até o momento da avaliação, deduzidas as eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, sendo registrado na rubrica “Variação no Valor Justo do Ativo Biológico”, deduzidos dos custos de vendas, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

g. Estoques

Os estoques correspondem ao custo de produção e de aquisição de insumos, materiais de manutenção e de uso e consumo e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de execução e as despesas de venda. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado na data de transição da Companhia para os CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na nota explicativa 21.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e Mensuração

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controlada se que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa 22.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de derivados de levedura e energia elétrica e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas de crédito (*impairment*).

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja umas contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo através do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 33). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificaram os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:
 - Instrumentos derivativos de *hedge*; e
 - Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensuradas pelo valor justo na data das demonstrações financeiras individuais e as alterações são contabilizadas no resultado em "Receitas financeiras" e/ou "Despesas financeiras".

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.

A gestão do risco de crédito da Companhia e suas controladas em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol, é centrada no relacionamento formalizado com a Cooperativa e com a Coopersucar S.A. Para os demais negócios, derivados de levedura e energia elétrica, é adotada como prática a análise da situação financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia e suas controladas consideravam evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizavam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideraram que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas ao valor presente quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

n. Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de abril de 2019

No início de um contrato, a Companhia avaliou se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de abril de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia alocou a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo do direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de abril de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de abril de 2019, a Companhia determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou

- fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(i) *Como arrendatário*

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

o. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 6).

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

p. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e suas controladas. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, conforme as alçadas estabelecidas no processo de governança corporativa implementado, pela Companhia e suas controladas para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais de negócio: Açúcar, Etanol e Energia elétrica (A&EE) e Biorigin (Ingredientes naturais para alimentação humana e animal), conforme divulgado na nota explicativa 32.

q. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não foram identificados efeitos de adoções para normas ainda não efetivas que afetassem as políticas contábeis da Companhia e suas controladas e essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Caixa e bancos	10.969	10.794	1.960	1.353
Aplicações financeiras	984.636	827.265	915.102	826.745
	<u>995.605</u>	<u>838.059</u>	<u>917.062</u>	<u>828.098</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas, com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 100,61% (97,5% em março de 2019), que podem ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas.

10 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam como instrumento de proteção cambial, operações de NDF (*Non-Deliverable Forwards*), contratadas para proteção da projeção de exportação de derivados de levedura e açúcar. Além disso, são utilizados instrumentos cujo objetivo visa a proteção do fluxo de caixa sempre no horizonte de 12 meses em função do endividamento exposto ao risco de câmbio.

	Consolidado e Controladora					
	mar/20			mar/19		
	Valor de referência (nocial) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)	Valor de referência (nocial) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)
<i>Swap</i> de moeda e taxa de juros (USD x CDI)						
<i>Swap</i> de valor justo - (USD)	28.478	156.241	156.241	37.975	155.274	155.274
<i>Swap</i> de valor justo - (BRL)	(110.750)	(114.454)	(114.454)	(141.931)	(149.298)	(149.298)
Contrato a termo - NDF						
Posição vendida						
Moeda estrangeira (USD)	(41.490)	(41.259)	(41.259)	(40.200)	(1.579)	(1.579)
Moeda estrangeira (EURO)	(40.050)	(40.387)	(40.387)	(31.700)	7.017	7.017
		(39.859)			11.414	
Ativo circulante		-			11.414	
Passivo circulante		(39.859)			-	

Valores de resultados apurados no exercício findo em 31 de março de 2020 e 2019, somente para os derivativos em aberto nessas datas.

11 Clientes e outras contas a receber

	Nota	Consolidado		Controladora	
		mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Contas a receber mercado interno		35.097	30.632	33.187	28.462
Contas a receber mercado interno - Mútuo financeiro	18	-	17.443	-	17.443
Contas a receber mercado externo		83.390	111.933	5.731	7.459
Contas a receber mercado externo - Mútuo financeiro	18	-	-	170.938	135.099
Saldos retidos - Ação Indenizatória (IAA) (i)		47.772	11.696	38.834	11.696
Provisão para perdas esperadas		(5.304)	(5.304)	(5.304)	(5.304)
Outras contas a receber		7.985	12.849	6.955	12.508
		168.940	179.249	250.341	207.363
Circulante		(101.406)	(148.164)	(194.446)	(200.477)
Não circulante		67.534	31.085	55.895	6.886

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
A vencer				
Até 30 dias	48.917	68.325	25.244	56.171
De 31 a 90 dias	42.350	71.402	42.972	63.127
De 91 a 180 dias	3.721	6.736	23.536	68.549
Acima de 180 dias	63.679	31.305	56.210	18.582
Vencidos				
Até 30 dias	7.583	846	14.107	342
De 31 a 90 dias	2.529	441	24.741	397
De 91 a 180 dias	14	15	38.436	17
Acima de 180 dias	147	179	25.095	178
	168.940	179.249	250.341	207.363

- (i) Os saldos retidos - Ação indenizatória (IAA) referem-se a montantes retidos pela Cooperativa, a título de tributos em discussão, no repasse da parcela do precatório emitido pela União, conforme nota explicativa 12(a), no valor de R\$ 44.248 referente a PIS e COFINS e de R\$ 3.524 referente a IR Fonte.

A Companhia mensura como perda de crédito para títulos de dívida de baixo risco ou outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Todos os títulos registrados são avaliados, sendo que aqueles com vencimentos superiores a 30 dias começam a ser avaliados qualitativamente e clientes aberto com mais de 6 meses e até 15 mil reais, se faz a baixa definitiva do valor, pois considera-se que o valor dificilmente será recuperado.

12 Contas a receber - Cooperativa

Correspondem aos valores de R\$ 150.151 consolidado e R\$ 149.482 controladora (R\$ 81.427 consolidado e controladora em março de 2019) a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o PN 66, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia.

Conforme divulgado na nota explicativa 1, os montantes relacionados às contas a receber - Cooperativa referem-se a operações relacionadas aos atos cooperados, sendo assim, a Administração não prevê possibilidades de perdas decorrentes dessas operações.

a. Outros ativos financeiros

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e Etanol realizadas na década de 1980. Em março de 2019, foi realizado o levantamento pela Cooperativa de uma primeira parcela do primeiro precatório expedido no curso do referido processo, no valor bruto de R\$ 906.000, representando 5,5% do total das requisições de pagamento. Ainda se encontram pendentes recursos e ações judiciais para os quais, na data base da elaboração das demonstrações financeiras da Cooperativa, a melhor estimativa da Administração é de ser o crédito provável, mas não praticamente certo, estes valores podem gerar um recebíveis de aproximadamente R\$ 1,5 Bilhões (valores atualizados em 31 de março de 2020 considerando o percentual de participação da Companhia).

A Companhia como parte integrante do sistema da Cooperativa, possui direitos sobre esses créditos, os quais serão reconhecidos à medida que a Cooperativa reconheça as obrigações de repasse junto a Companhia.

No mês de março de 2019 a Zilor recebeu em repasse pela Cooperativa o montante referente à sua participação na 1ª parcela do precatório emitido pela União, cujo total foi de R\$ 95.479, reconhecido no resultado (R\$ 77.816, líquido de honorários advocatícios e impostos).

Durante o mês de dezembro de 2019 a AQ recebeu em repasse pela Cooperativa o montante referente à sua participação na 2ª parcela do precatório emitido pela União, cujo total foi de R\$ 111.669, reconhecido no resultado (R\$ 89.749, líquido de honorários advocatícios e impostos).

13 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Produtos acabados entregues à Cooperativa				
Açúcar	818	854	818	854
Etanol	3.012	5.897	3.012	5.897
Derivados de levedura	185.288	99.650	94.082	56.692
Produtos semi-acabados	7.056	9.144	7.056	9.144
Insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	76.593	57.102	60.801	45.741
Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques	(29.817)	(17.174)	(28.567)	(17.132)
	<u>242.950</u>	<u>155.473</u>	<u>137.202</u>	<u>101.196</u>

Do montante apresentado, o saldo de R\$ 3.196 (R\$ 2.304 em março de 2019) refere-se às unidades do exterior.

	Consolidado	Controladora
Saldo em 1º de abril de 2018	9.010	9.010
Constituição de provisão	8.164	8.122
Saldo em 31 de março de 2019	17.174	17.132
Constituição de provisão	12.643	11.435
Saldo em 31 de março de 2020	<u>29.817</u>	<u>28.567</u>

14 Ativos biológicos

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Custo histórico	53.766	178.183	53.766	178.183
Valor justo	142.539	(103.179)	142.539	(103.179)
Ao final do período	<u>196.305</u>	<u>75.004</u>	<u>196.305</u>	<u>75.004</u>
Movimentação:				
	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>mar/20</u>	<u>mar/19</u>
No início o período	75.004	-	75.004	-
Aumentos decorrentes de tratamentos culturais	54.452	178.183	54.452	178.182
Redução decorrentes da colheita	(178.869)	-	(178.869)	-
Variação no valor justo	245.718	(103.179)	245.718	(103.178)
No final do período	<u>196.305</u>	<u>75.004</u>	<u>196.305</u>	<u>75.004</u>

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Área estimada de colheita (hectares)	41.421	39.224	41.421	39.224
Produtividade do canavial (tonelada/hectare)	73	59	73	59
Quantidade de ATR (kg)	134,18	133,75	134,18	133,75
Valor médio ATR	1,0364	0,9420	1,0364	0,9420
Taxa de desconto - WACC	9,87%	10,40%	9,87%	10,40%

Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas

A Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados às suas plantações:

(i) Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Administração estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos.

(ii) Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol e derivados de levedura produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A Administração realiza análises de tendência regulares do setor para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada.

(iii) Riscos climáticos e outros

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do Açúcar Total Recuperável - ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, no resultado operacional da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região sudeste do Brasil.

15 Adiantamentos a fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Adiantamento a fornecedores de cana-de-açúcar (i)	24.779	161.881	24.779	149.514
Adiantamento a fornecedores diversos	1.269	650	1.268	1.439
	26.048	162.531	26.047	150.953
Circulante	-	(96.275)	-	(84.697)
Não circulante	26.048	66.256	26.047	66.256

- (i) A redução de adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar é em decorrência da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil (nota explicativa 5.1).

Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar representam o volume de 178.189 consolidado e controladora (2.054.470 em março de 2019) toneladas. A cana-de-açúcar quando do seu recebimento é atualizada ao preço estabelecido no modelo definido pelo CONSECANA-SP.

A Administração avaliou possíveis provisões de crédito para perdas esperadas relacionadas aos adiantamentos realizados e não identificou nenhuma evidencia de que os saldos não irão se realizar. Essa avaliação foi realizada com base nas perdas históricas e situação econômica dos fornecedores.

16 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	43.786	43.728	43.784	43.727
PIS - Programa de Integração Social (i)	1.142	176	1.142	176
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (i)	5.247	2.944	5.247	2.944
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (ii)	1.257	4.504	924	4.474
REINTEGRA - Regime Especial de Reint. de Val. Tributários (iii)	4.531	27.267	4.531	27.267
Outros	2.917	3.711	1.772	2.850
	58.880	82.330	57.400	81.438
Circulante	(28.786)	(33.178)	(27.306)	(32.286)
Não circulante	30.094	49.152	30.094	49.152

- (i) Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza em escrituração gráfica, além da compensação em conta gráfica, os créditos podem ser transferidos para a Cooperativa.

Em relação aos créditos de ICMS:

Fruto da reorganização patrimonial, todo o crédito acumulado pela CAQ na data de 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 26.122 foram transferidos para a Companhia e, poderão, conforme a necessidade, ser transferido da Companhia para a Cooperativa. A partir de 1º de janeiro de 2019 a Companhia na condição de produtor agrícola passou apropriar os créditos de ICMS dessa atividade que, além da compensação em conta gráfica, poderá proceder com a transferência para a Cooperativa.

Na eventualidade de remanescerem créditos acumulados da atividade agrícola por meio dos estabelecimentos agrícolas filiais da Companhia, esta poderá se valer do processo de crédito acumulado de acordo com a legislação do Estado de São Paulo para viabilizar sua completa monetização.

Visando evitar acúmulo de crédito, a Administração contratou assessores jurídicos com previsão de pagamentos de honorários que somente serão devidos quando da efetiva monetização do crédito.

Em relação ao PIS e COFINS:

Os créditos vinculados nas receitas de exportação e nas receitas oriundas do açúcar comercializados no mercado interno, além da compensação em conta gráfica, podem ser compensados com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil e ou Pedido de Ressarcimento em moeda.

Tanto em relação aos créditos de ICMS, como aos créditos de PIS e COFINS, a Administração da Companhia estima que os saldos existentes em 31 de março de 2020 serão realizados no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.

- (ii) Corresponde ao imposto de renda retido sobre aplicações financeiras. O imposto retido compõe o saldo negativo de imposto de renda ao final de cada exercício fiscal e pode ser compensado com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil. A Administração da Companhia estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem ocorrência de perdas.
- (iii) Refere -se ao regime especial instituído por meio da Lei 12.546/2011, conversão da Medida Provisória 540/2011, com vigência inicial até 31 de dezembro de 2012, prorrogada até 31 de dezembro de 2013, objetivando o aumento da competitividade da indústria nacional, como parte do Plano Brasil Maior (“PBM”), no qual busca-se a desoneração das exportações, ressarcindo ao exportador de bens industrializados até 3% do valor exportado.

O benefício permaneceu suspenso entre dezembro de 2013 a setembro de 2014, quando então por intermédio da Lei 13.043/2014, conversão da Medida Provisória 651/14, foi reestabelecido o direito de ressarcimento ao exportador.

Em sua versão inicial (antes do restabelecimento em outubro de 2014), o benefício do Reintegra era aplicado somente aos produtos derivados da levedura destinados à exportação, produzidos pela unidade de negócio Biorigin através da Companhia.

Em seu restabelecimento, o benefício do Reintegra abarcou também o açúcar exportado, contudo, dado o relacionamento com a Cooperativa, a legislação em referência determinou que a monetização do benefício através da formalização do pedido de ressarcimento seja realizado necessariamente pela Cooperativa.

Desse modo, o reconhecimento contábil do direito do crédito pela Zilor em relação ao açúcar exportado é realizado somente quando do efetivo pedido de ressarcimento pela Cooperativa junto à Secretaria da Fazenda, cujo montante é de R\$ 20.178 em dezembro de 2019. Em 09 de março de 2020 a Zilor recebeu por via de disponibilidade da cooperativa o valor de R\$ 14.071, já em 30 de março de 2020 o valor de R\$ 4.648 foi compensado no REFIS e a diferença de R\$ 1.459 lançado como estorno do custo, esse que tinha sido realizado no reconhecimento do Reintegra.

17 Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	mar/20	mar/19
Despesa de impostos de renda e contribuição social		
Corrente	(46.399)	(4.055)
Diferido	(22.095)	33.983
	<u>(68.494)</u>	<u>29.928</u>
	Controladora	
	mar/20	mar/19
Despesa de impostos de renda e contribuição social		
Corrente	(19.033)	(3.824)
Diferido	(22.096)	31.542
	<u>(41.129)</u>	<u>27.718</u>

a. Composição, natureza e realização dos impostos

	Consolidado		
	Saldo em 31 de março de 2019	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2020
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	176.201	1.956	178.157
Base negativa da contribuição social	62.277	(452)	61.825
Provisão para perdas em investimentos	1.648	(1.648)	-
Provisão para contingências	14.030	28.231	42.261
Outros	36.146	40.536	76.682
	290.302	68.623	358.925
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(40.621)	4.427	(36.194)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(150.343)	(11.591)	(161.934)
Ajuste a valor presente	(9.854)	(424)	(10.278)
Ativo Biológico	35.081	(83.544)	(48.463)
Varição cambial sobre impostos diferidos	-	(1.877)	-
Outros	(23.503)	2.291	(21.212)
	(189.240)	(90.718)	(278.081)
Efeito líquido no resultado e ativo fiscal diferido líquido	101.062	(22.095)	80.844
	Controladora		
	Saldo em 31 de março de 2019	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2020
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	171.392	(731)	170.661
Base negativa da contribuição social	62.106	(281)	61.825
Provisão para perdas em investimentos	1.648	(1.648)	-
Provisão para contingências	14.030	28.231	42.261
Outros	35.508	38.659	74.167
	284.684	64.230	348.914
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(40.621)	4.427	(36.194)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(150.343)	(11.591)	(161.934)
Ajuste a valor presente	(9.854)	(424)	(10.278)
Ativo biológico	35.081	(83.544)	(48.463)
Outros	(23.504)	4.806	(18.698)
	(189.241)	(86.326)	(275.567)
Efeito líquido no resultado e ativo fiscal diferido líquido	95.443	(22.096)	73.347

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos exercícios a serem encerrados em:

	Consolidado	
	mar/20	mar/19
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	58.209	9.483
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	300.716	280.819
	358.925	290.302
	Controladora	
	mar/20	mar/19
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	58.209	9.484
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	290.705	275.200
	348.914	284.684

A Administração preve a recuperabilidade dos ativos, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado	Saldos
Impostos de renda e contribuição social constituídos sobre prejuízo fiscal acumulados	
2019/2020	8.889
2020/2021	21.566
2021/2022	51.001
2022/2023	63.046
2023/2024	81.051
A partir de 2024/2025	14.430
Total	239.983
Diferenças Temporárias	
Contingências	46.693
Arrendamento mercantil CPC 06	17.896
Resultado de operação futura	13.552
Provisão estoques	9.713
Provisão para perdas esperadas	1.804
Outras	29.284
	118.942
Total	358.925

Controladora

	Saldos
Impostos de renda e contribuição social constituídos sobre prejuízo fiscal acumulados	
2019/2020	9.299
2020/2021	20.924
2021/2022	48.822
2022/2023	60.446
2023/2024	79.045
A partir de 2024/2025	13.949
Total	232.485
Diferenças Temporárias	
Contingências	46.693
Arrendamento mercantil CPC 06	17.896
Resultado de operação futura	13.552
Provisão estoques	9.713
Provisão para perdas esperadas	1.804
Outras	26.771
	116.429
Total	348.914

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração e do direito legal de compensar no futuro o imposto de renda devido oriundo de passivos fiscais diferidos.

b. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado					
	mar/20			mar/19		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	126.724	126.724	126.724	(79.009)	(79.009)	(79.009)
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(31.681)	(11.405)	(43.086)	19.752	7.111	26.863
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Juros sobre empréstimos captados em países com tributação favorecida	(5)	(2)	(7)	(1.974)	(711)	(2.685)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	3.332	1.200	4.532	5.163	1.859	7.022
Lucros disponibilizados no exterior	(274)	(99)	(373)	(1.806)	(650)	(2.456)
Prejuízo Fiscal Não Reconhecido (i)	(21.260)	(7.654)	(28.914)	-	-	-
Outras adições e exclusões permanentes	(1.383)	737	(646)	(1.063)	2.247	1.184
Tributos no resultado	(51.271)	(17.223)	(68.494)	20.072	9.856	29.928
Corrente	(34.925)	(11.473)	(46.398)	(3.008)	(1.047)	(4.055)
Diferido	(16.346)	(5.750)	(22.096)	23.080	10.903	33.983
Tributos no resultado	(51.271)	(17.223)	(68.494)	20.072	9.856	29.928
Alíquota efetiva	40,5%	13,6%	54,0%	25,4%	12,5%	37,9%

	Controladora					
	mar/20			mar/19		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	86.365	86.365	86.365	(76.799)	(76.799)	(76.799)
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(21.591)	(7.773)	(29.364)	19.200	6.912	26.112
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Juros sobre empréstimos captados em países com tributação favorecida	(5)	(2)	(7)	(1.974)	(711)	(2.685)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	8.199	2.593	10.792	5.158	1.857	7.015
Lucros disponibilizados no exterior	(274)	(99)	(373)	(1.806)	(650)	(2.456)
Prejuízo Fiscal Não Reconhecido (i)	(22.257)	(7.654)	(29.911)	-	-	-
Outras adições e exclusões permanentes	6.404	1.330	7.734	(295)	27	(268)
Tributos no resultado	(29.524)	(11.605)	(41.129)	20.283	7.435	27.718
Corrente	(13.178)	(5.855)	(19.033)	(2.777)	(1.047)	(3.824)
Diferido	(16.346)	(5.750)	(22.096)	23.060	8.482	31.542
Tributos no resultado	(29.524)	(11.605)	(41.129)	20.283	7.435	27.718
Alíquota efetiva	34,2%	13,4%	47,6%	26,4%	9,7%	36,1%

- (i) A Companhia optou por não reconhecer ativo fiscal diferido oriundo de prejuízo fiscal deste exercício, baseada nas projeções de recuperabilidade de ativo fiscal diferido. Este reconhecimento poderá ser efetuado posteriormente pois a apuração do IRPJ/CSLL se encerrará ao final do período fiscal de 2020.

c. Ativo fiscal corrente

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	9.601	14.686	8.476	13.290
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	63	3.080	-	3.079
	9.664	17.766	8.476	16.369

Saldo negativo de exercício anteriores. Correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante o exercício anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal. A Administração da Companhia estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas, seja pela compensação com tributos administrados pela receita federal, seja pela monetização através do pedido de ressarcimento em espécie.

18 Partes relacionadas

a. Operações com pessoal-chave:

O pessoal-chave da Administração é composto pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria eleitos a cada dois anos por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício findo em 31 de março de 2020 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 10.119 (R\$ 5.124 em março de 2019). A Companhia e suas controladas não concedem ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b. Saldos e operações

	<u>Consolidado</u>
	<u>mar/20</u>
	<u>Companhia</u>
<u>Nota</u>	<u>Agrícola Quatá</u>
Saldos	
Passivo circulante	
Fornecedores - Empresas ligadas (v)	61.707
Passivo de arrendamento	37.404
Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento	341.967

	<u>Consolidado</u>
	<u>mar/19</u>
	<u>Companhia</u>
<u>Nota</u>	<u>Agrícola Quatá</u>
Saldos	
Ativo circulante	
Cientes e outras contas a receber - Vendas de derivados de levedura (i)	17.443
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iv)	2.173
Ativo não circulante	
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iv)	8.089
Passivo circulante	
Fornecedores - Fornecimento de cana-de-açúcar (ii)	19.512
Fornecedores - Empresas ligadas (v)	420.831

	<u>Consolidado</u>
	<u>mar/20</u>
	<u>Companhia</u>
	<u>Agrícola Quatá</u>
Operações	
Compra de cana-de-açúcar e palha (ii)	48.231
Despesas financeiras - FINEP (iv)	488

	<u>Consolidado</u>
	<u>mar/19</u>
	<u>Companhia</u>
	<u>Agrícola Quatá</u>
Operações	
Compra de cana-de-açúcar e palha (ii)	156.120
Resultado financeiro - Conta-corrente mercantil, líquida (iii)	1.871
Despesas financeiras - FINEP (iv)	569

	<u>Controladora</u>				
	<u>mar/20</u>				
	<u>Nota</u>	<u>Companhia</u>	<u>PTX Food</u>	<u>Biorigin Europe</u>	<u>Total</u>
		<u>Agrícola Quatá</u>	<u>Corporation</u>	<u>NV</u>	
Saldos					
Ativo circulante					
Cientes e outras contas a receber - Vendas de derivados de levedura (i)	11	-	110.811	29.304	140.115
Passivo circulante					
Fornecedores - Empresas ligadas (v)	23	61.707	-	-	61.707
Passivo de arrendamento	20	37.404	-	-	37.404
Passivo não circulante					
Passivo de arrendamento	20	341.967	-	-	341.987

Açucareira Quatá S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2020 e 2019*

	Controladora					
	mar/19					
	Nota	Companhia Agrícola Quatá	PTX Food Corporation	Biorigin Europe NV	ZL Aviação Executiva	Total
Saldos						
Ativo circulante						
Clientes e outras contas a receber - Vendas de derivados de levedura (i)	11	-	78.663	56.436	-	135.099
Clientes e outras contas a receber - Vendas diversas	11	17.443	-	-	-	17.443
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iv)		2.173	-	-	-	2.173
Ativo não circulante						
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iv)	24	8.089	-	-	-	8.089
Passivo circulante						
Fornecedores - Fornecimento de cana-de-açúcar (ii)	23	19.512	-	-	-	19.512
Fornecedores - Empresas ligadas (v)	23	432.408	-	-	25	432.433

	Controladora				
	mar/20				
		Companhia Agrícola Quatá	PTX Food Corporation	Biorigin Europe NV	Total
Operações					
Receita de vendas - Vendas de derivados de levedura (i)		-	122.002	223.448	345.450
Despesas Financeiras - Carve-out		16.038	-	-	16.038
Compra de cana-de-açúcar e palha (ii)		48.231	-	-	48.231
Receita financeiras - repasse FINEP (iv)		488	-	-	488

	Controladora				
	mar/19				
		Companhia Agrícola Quatá	PTX Food Corporation	Biorigin Europe NV	Total
Operações					
Receita de vendas - Vendas de derivados de levedura (i)		-	93.677	208.312	301.989
Compra de cana-de-açúcar e palha (ii)		156.120	-	-	156.120
Resultado financeiro - Conta-corrente mercantil, líquida (iii)		1.871	-	-	1.871
Despesas financeiras - FINEP (iv)		569	-	-	569

- (i) Clientes e outras contas a receber - Venda de derivados de levedura
Refere-se, substancialmente, às contas a receber decorrentes de exportações realizadas para as empresas ligadas PTX Food Corporation e Biorigin Europe NV. As vendas são realizadas com base no preço de venda no mercado interno para demais clientes, seguindo as regras legais de preço de transferência.
- (ii) Fornecimento de cana-de-açúcar - Compra de cana-de-açúcar
Decorre de fornecimento de cana-de-açúcar pela Companhia Agrícola Quatá através de contrato de parceria agrícola com a Companhia. A compra da cana-de-açúcar é efetuada a preço balizado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA-SP.
- (iii) Conta corrente mercantil
Saldos decorrentes de contratos recíprocos em conta corrente mercantil, mantidos até 31 de dezembro de 2018. Os saldos eram corrigidos mensalmente pela taxa média de captação da empresa credora. A remuneração dos saldos durante o exercício anterior foi entre 3,69% e 6,77%. O saldo foi integralmente liquidado no contexto da reorganização patrimonial e societária descrita na nota explicativa 1.
- (iv) FINEP
A Companhia contratou uma linha de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, cujo objetivo era financiar projetos de inovação tecnológica no processo produtivo da cana-de-açúcar e seus derivados. Suas partes relacionadas Companhia Agrícola Quatá e Açucareira Zillo Lorenzetti S.A. (incorporada pela Companhia em 31 de dezembro de 2018) são membros de parte dos projetos financiados e firmaram o contrato de financiamento como coexecutoras e fiadoras. Em paralelo as partes relacionadas celebraram um instrumento particular de compartilhamento de recursos com a Companhia, no qual a financiada efetua o repasse dos recursos correspondente aos projetos das coexecutoras, que por vez, assumem proporcionalmente os encargos e obrigações da operação de financiamento.
- (v) Aquisição de operação agrícola - Carve-out
Os valores referem-se substancialmente ao saldo da operação denominada “carve-out”, onde a Companhia comprou a operação da CAQ, com previsão de pagamento de acordo com fluxo de vencimento dos passivos da CAQ.

c. Dividendos propostos e a pagar

	Saldo em 31 de março de 2019	Pagamento	Saldo em 31 de março de 2020
Assembleia Geral Extraordinária em 22 de novembro de 2018			
Dividendos adicionais (b)			
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	66.000	31.800	34.200
	<u>66.000</u>	<u>31.800</u>	<u>34.200</u>
Total circulante	<u>(31.800)</u>		<u>(34.200)</u>
Total não circulante	<u>34.200</u>		<u>-</u>

Comentários sobre os dividendos

- (a) Em 27 de julho de 2018, a Assembleia Geral Ordinária da Açucareira Zillo Lorenzetti S.A., deliberou sobre o pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$ 22.374, sendo pago o valor de R\$ 3.294 em agosto e setembro de 2018, o valor de R\$ 12.720 que foram pagos em outubro, novembro e dezembro de 2018 pela Açucareira Zillo Lorenzetti S.A. e o valor de R\$ 6.360 pagos em janeiro, fevereiro e março de 2019 pela Açucareira Quatá S.A.
- (b) Em 22 de novembro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária da AZL, deliberou sobre o pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$ 66.000, durante a safra 2019/2020 e safra 2020/2021. No acumulado dessa safra, entre abril a março de 2020 foram efetivamente pagos o montante de R\$ 31.800, remanescendo o saldo de R\$ 34.200 para pagamento na safra 2020/2021.

19 Investimentos

A Companhia registrou um ganho de R\$ 13.328 consolidado e R\$ 31.740 controladora em 31 de março de 2020 (ganho de R\$ 22.090 consolidado e R\$ 21.265 controladora em 31 de março de 2019) de equivalência patrimonial de suas coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto nas demonstrações financeiras individuais.

	Consolidado			
	mar/20			
	Nota	União São Paulo S.A.	Copersucar S.A.	Total
Em sociedades controladas / coligadas:				
Ações possuídas		75.837.598	151.017.581	
Percentual de participação		46,26%	12,23%	
Capital social		25.246	180.301	
Patrimônio líquido		57.973	1.008.232	
Lucro líquido do exercício		28.735	108.902	
Movimentação dos investimentos:				
Em 31 de março de 2019		18.100	109.225	127.325
Variação cambial de investimentos no exterior		-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial em investida		-	2.614	2.614
Dividendos distribuídos		(4.517)	(10)	(4.527)
Obtenção de controle	1	(13.583)	-	(13.583)
Participação nos resultados de controladas		-	13.328	13.328
Em 31 de março de 2020		<u>-</u>	<u>125.157</u>	<u>125.157</u>

Açucareira Quatá S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2020 e 2019*

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2020:

	União São Paulo		
	S.A.	Copersucar S.A.	
Ativo	83.637	10.865.234	
Passivo	(25.664)	(9.857.002)	
Patrimônio líquido	<u>57.973</u>	<u>1.008.232</u>	
Período de 12 meses findo em 31 de março de 2020			
Receita operacional líquida	-	26.888.754	
Lucro líquido	28.735	108.902	
		Consolidado	
		mar/19	
	União São Paulo	Copersucar S.A.	Total
	S.A.	Copersucar S.A.	Total
Em sociedades controladas / coligadas:			
Ações possuídas	75.837.598	136.470.953	
Percentual de participação	46,60%	12,23%	
Capital social	47.725	180.301	
Patrimônio líquido	39.023	877.957	
Resultado não realizado acumulado	-	-	
Lucro líquido do exercício	10.345	177.549	
Movimentação dos investimentos:			
Em 31 de março de 2018	406	21.825	22.231
Dividendos distribuídos	(29)	(1.367)	(1.396)
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	-	(989)	(989)
Participação nos resultados de controladas	4.280	17.810	22.090
Obtenção de controle	13.443	71.946	85.389
Em 31 de março de 2019	<u>18.100</u>	<u>109.225</u>	<u>127.325</u>

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2019:

	União São Paulo		
	S.A.	Copersucar S.A.	
Ativo	67.198	9.368.027	
Passivo	(28.762)	(8.490.070)	
Patrimônio líquido	<u>38.436</u>	<u>877.957</u>	
Período de 12 meses findo em 31 de março de 2019			
Receita operacional líquida	-	29.116.924	
Lucro líquido	10.300	177.549	

Açucareira Quatá S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2020 e 2019

	Controladora						
	mar/20						
	Biorigin USA	Biorigin Europe	União São Paulo	Copersucar S.A.	Agropecuária	ZL Aviação	Total
	LLC	NV	S.A.		Vale do Guaporé	Executiva Ltda	
					Ltda		
Em sociedades controladas / coligadas:							
Ações/quotas possuídas	236.400	614.122	75.837.598	151.017.581	18.518.749	3.750.000	
Percentual de participação	100,00%	100,00%	46,26%	12,23%	100,00%	100,00%	
Capital social	236	616	25.246	180.301	19.826	7.500	
Patrimônio líquido	391	46.765	57.973	1.008.233	9.762	(17)	
Resultado não realizado acumulado	(3.651)	(9.689)	-	-	-	-	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.057)	14.213	28.735	108.902	(332)	(310)	
Resultado não realizado no exercício	2.449	1.184	-	-	-	-	
Movimentação dos investimentos:							
Em 31 de março de 2019	(2.899)	18.657	18.101	109.225	10.094	(196)	152.982
Varição cambial de investimentos no exterior	1.543	10.754	-	-	-	-	12.297
Dividendos distribuídos	-	-	(4.517)	(10)	-	-	(4.527)
Adiantamento para aumento de participação	-	-	-	-	-	480	480
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	-	-	-	2.614	-	-	2.614
Participação nos resultados de controladas e coligadas	(1.877)	7.637	13.294	13.328	(332)	(310)	31.740
Em 31 de março de 2020	(3.233)	37.048	26.878	125.157	9.762	(26)	195.586
Saldo de investimentos	27	37.048	26.878	125.157	9.762	(26)	198.846
Saldo da provisão para perdas em investimentos	(3.260)	-	-	-	-	-	(3.260)

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2020:

	Biorigin USA	Biorigin Europe	União São Paulo	Copersucar S.A.	Agropecuária	ZL Aviação	
	LLC	NV	S.A.		Vale do Guaporé	Executiva Ltda	
					Ltda		
Ativo	146.520	111.183	83.637	9.995.495	9.899	71	
Passivo	(146.129)	(64.418)	(25.664)	(8.987.263)	(137)	(88)	
Patrimônio líquido	391	46.765	57.973	1.008.232	9.762	(17)	
Período de 12 meses findo em 31 de março de 2020							
Receita operacional líquida	176.804	280.459	-	26.888.754	-	-	
Lucro líquido (prejuízo)	(1.057)	14.213	28.735	108.902	(332)	(198)	

	mar/19						
	Biorigin USA	Biorigin Europe	União São Paulo	Copersucar S.A.	Agropecuária	ZL Aviação	Total
	LLC	NV	S.A.		Vale do Guaporé	Executiva Ltda	
					Ltda		
Em sociedades controladas / coligadas:							
Ações/quotas possuídas	236.400	614.122	2.152.164	31.657.842	18.518.749	3.750.000	
Percentual de participação	100,00%	100,00%	46,26%	12,23%	99,99%	100,00%	
Capital social	236	616	47.725	180.301	19.419	7.500	
Patrimônio líquido	(94)	21.799	39.023	877.957	10.095	(197)	
Resultado não realizado acumulado	(2.832)	(3.114)	-	-	-	-	
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.086)	464	10.345	177.549	(77)	(1.339)	
Resultado não realizado	(1.052)	2.372	-	-	-	-	
Movimentação dos investimentos:							
Em 31 de março de 2018	(3)	14.097	406	21.825	-	-	36.325
Varição cambial de investimentos no exterior	215	1.674	-	-	-	-	1.889
Dividendos distribuídos	-	-	(29)	(1.367)	-	-	(1.396)
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	-	-	-	(989)	-	-	(989)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	(3.111)	2.831	4.280	17.810	(55)	(490)	21.265
Obtenção de controle	-	55	13.444	71.946	10.149	294	95.888
Em 31 de março de 2019	(2.899)	18.657	18.101	109.225	10.094	(196)	152.982
Saldo de investimentos	27	18.657	18.101	109.225	10.094	(196)	155.908
Saldo da provisão para perdas em investimentos	(2.926)	-	-	-	-	-	(2.926)

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2019:

	Biorigin USA	Biorigin Europe	União São Paulo	Copersucar S.A.	Agropecuária	ZL Aviação	
	LLC	NV	S.A.		Vale do Guaporé	Executiva Ltda	
					Ltda		
Ativo	105.932	105.830	67.198	9.368.027	10.095	331	
Passivo	(106.026)	(84.031)	(28.762)	(8.490.070)	-	(528)	
Patrimônio líquido	(94)	21.799	38.436	877.957	10.095	(197)	
Período de 12 meses findo em 31 de março de 2019							
Receita operacional líquida	149.972	273.848	-	29.116.924	-	67	
(Prejuízo) lucro líquido	(2.086)	493	10.300	177.549	(216)	(1.339)	

Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias e que inclui a Zilor, localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

Atualmente, membros da Administração da Zilor, representam a Companhia nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que a Companhia exerce influência significativa em sua Administração.

20 Direito de uso e passivos de arrendamento

Conforme nota explicativa 5.1 a Companhia e suas controladas reconheceram os efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) a partir de 1º de abril de 2019. A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso de ativos e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

A movimentação do direito de uso em 31 de março de 2020, foi o seguinte:

			mar/2020
	Terras	Demais Ativos	Total
Ativo			
Adoção inicial	1.303.531	50.780	1.354.311
Estorno PIS e COFINS - Adoção inicial	7.350	-	7.350
Novos contratos e renovações	168.045	10.875	178.920
Atualização CONSECANA por remensuração	85.174	-	85.174
Amortização	(104.394)	(22.573)	(126.967)
Saldo final	<u>1.459.706</u>	<u>39.082</u>	<u>1.498.788</u>

A movimentação do passivo de arrendamento em 31 de março de 2020, foi a seguinte:

			mar/2020
	Terras	Demais Ativos	Total
Passivo			
Adoção inicial	1.388.412	50.780	1.439.192
Amortização	(347.939)	(25.382)	(373.321)
Juros provisionados	77.680	4.389	82.069
Novos contratos e renovações	168.045	10.875	178.920
Atualização CONSECANA por remensuração	85.174	-	85.174
Saldo final	<u>1.371.372</u>	<u>40.662</u>	<u>1.412.034</u>
Passivo circulante	206.002	18.845	224.847
Passivo não circulante	<u>1.165.370</u>	<u>21.817</u>	<u>1.187.187</u>
	<u>1.371.372</u>	<u>40.662</u>	<u>1.412.034</u>
Saldo com demais fornecedores	1.371.372	40.662	1.412.034

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Exercícios	<u>Vencimentos</u>
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	179.685
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	168.639
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	157.363
a partir de 1º/04/2025	681.500
	<u>1.187.187</u>

21 Imobilizado

a. Movimentação do ativo imobilizado

	Consolidado											
	Terras	Edifícios e construções	Benfeitorias	Maquinismos, instalações e equipamentos	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Imobilizações - entressafra	Lavoura de cana (planta portadora)	Total
Em 1º de abril de 2018	3.714	110.515	9.146	433.179	2.070	2.251	414	12.810	84	14.729	-	588.912
Aquisição	386	3.062	1.227	12.367	99.326	7.867	107	42.801	365	68.619	508.235	744.362
Incorporação	11.859	73.498	7.008	254.551	3.371	1.270	447	14.695	-	8.653	-	375.352
Alienação (residual)	-	-	-	(354)	-	(10)	-	-	-	-	-	(364)
Transferências	-	4.382	49	12.903	71	739	33	(18.177)	-	-	-	-
Baixa para despesa	-	-	-	-	-	-	-	(2.537)	-	-	-	(2.537)
Demais baixas	-	(618)	(46)	(1.345)	-	(23)	(2)	-	-	-	-	(2.034)
Variação cambial	276	645	52	1.789	-	43	9	85	-	-	-	2.899
Ganho de capital depreciação	-	(11)	(9)	(181)	(4.312)	(344)	(4)	-	-	-	-	(4.861)
Depreciação	-	(3.528)	(684)	(43.333)	(2.843)	(915)	(80)	-	-	(16.258)	-	(67.641)
Em 31 de março 2019	16.235	187.945	16.743	669.576	97.683	10.878	924	49.677	449	75.743	508.235	1.634.088
Custo total	16.235	271.058	36.833	1.512.772	113.935	28.870	3.900	49.677	449	75.743	508.235	2.617.707
Depreciação acumulada	-	(83.113)	(20.090)	(843.196)	(16.252)	(17.992)	(2.976)	-	-	-	-	(983.619)
Valor líquido	16.235	187.945	16.743	669.576	97.683	10.878	924	49.677	449	75.743	508.235	1.634.088
Em 31 de março 2019	16.235	187.945	16.743	669.576	97.683	10.878	924	49.677	449	75.743	508.235	1.634.088
Aquisição	-	-	25	1.031	10.451	188	85	90.822	327	101.907	155.467	360.303
Aquisição de controle - USP	520	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	532
Alienação (residual)	-	-	-	(105)	(3.570)	-	-	-	-	-	-	(3.675)
Transferências	-	5.407	1.078	46.268	5.825	136	258	(58.972)	-	-	-	-
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	(505)	-	-	-	-	-	(841)	(1.346)
Baixa para despesa	-	-	-	-	-	-	-	(8.771)	-	-	-	(8.771)
Demais baixas	-	-	-	(33)	(372)	(4)	-	-	-	-	-	(409)
Variação cambial	628	1.386	91	2.893	-	290	16	1.529	-	-	-	6.833
Depreciação	-	(5.793)	(1.074)	(67.241)	(28.565)	(3.230)	(166)	-	-	(82.181)	(160.697)	(348.947)
Em 31 de março 2020	17.383	188.957	16.863	652.389	80.947	8.258	1.117	74.285	776	95.469	502.164	1.638.608
Custo total	17.383	278.450	37.976	1.570.829	122.502	29.712	4.424	74.285	776	95.469	645.716	2.877.522
Depreciação acumulada	-	(89.493)	(21.113)	(918.440)	(41.555)	(21.454)	(3.307)	-	-	-	(143.552)	(1.238.914)
Valor líquido	17.383	188.957	16.863	652.389	80.947	8.258	1.117	74.285	776	95.469	502.164	1.638.608
Valor líquido de:												
Custo histórico	4.249	140.825	16.863	607.923	80.228	8.258	1.117	74.285	776	95.469	502.164	1.532.157
Mais-valia	13.134	48.132	-	44.466	719	-	-	-	-	-	-	106.451
	17.383	188.957	16.863	652.389	80.947	8.258	1.117	74.285	776	95.469	502.164	1.638.608
Bens em garantias (b)	11.859	2.460	-	44.842	26.099	-	-	-	-	-	-	85.260
Vida Útil		de 22 a 48 anos	de 14 a 25 anos	de 2 a 18 anos	de 2 a 11 anos	de 2 a 20 anos	de 3 a 17 anos				de 5 a 6 anos	

Açucareira Quatá S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2020 e 2019

Controladora

	Terras	Edifícios e construções	Benfeitorias	Maquinismos, instalações e equipamentos	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Imobilizações - entressafra	Lavoura de cana (planta portadora)	Total
Em 1º de abril de 2018	2.111	106.747	8.796	422.351	2.070	1.829	357	12.317	84	14.730	-	571.392
Aquisição	386	3.062	1.227	12.195	99.326	7.788	107	36.916	365	68.619	508.235	738.226
Incorporação	11.859	73.485	6.995	254.551	3.371	1.270	447	14.695	-	8.653	-	375.326
Alienação (residual)	-	-	-	(354)	-	(10)	-	-	-	-	-	(364)
Transferências	-	4.382	49	11.984	71	113	33	(16.632)	-	-	-	-
Baixa para despesa	-	-	-	-	-	-	-	(2.194)	-	-	-	(2.194)
Demais baixas	-	(618)	(46)	(1.258)	-	(12)	(2)	-	-	-	-	(1.936)
Depreciação	-	(3.396)	(631)	(40.854)	(7.156)	(1.120)	(74)	-	-	(16.259)	-	(69.490)
Em 31 de março 2019	14.356	183.662	16.390	658.615	97.682	9.858	868	45.102	449	75.743	508.235	1.610.960
Custo total	14.356	265.038	36.370	1.478.418	113.935	27.137	3.768	45.102	449	75.743	508.235	2.568.551
Depreciação acumulada	-	(81.376)	(19.980)	(819.803)	(16.253)	(17.279)	(2.900)	-	-	-	-	(957.591)
Valor líquido	14.356	183.662	16.390	658.615	97.682	9.858	868	45.102	449	75.743	508.235	1.610.960
Em 31 de março 2019	14.356	183.662	16.390	658.615	97.682	9.858	868	45.102	449	75.743	508.235	1.610.960
Aquisição	-	-	25	1.031	10.451	170	85	73.723	327	101.907	155.467	343.186
Alienação (residual)	-	-	-	(105)	(3.570)	-	-	-	-	-	-	(3.675)
Transferências	-	5.407	10	45.837	5.826	136	258	(57.474)	-	-	-	-
Realização de Ajuste a valor presente	-	-	-	-	(505)	-	-	-	-	-	(841)	(1.346)
Baixa para despesa	-	-	-	-	-	-	-	(8.483)	-	-	-	(8.483)
Demais baixas	-	-	-	(33)	(372)	(4)	-	-	-	-	-	(409)
Depreciação	-	(5.635)	(990)	(64.300)	(28.566)	(3.038)	(155)	-	-	(82.181)	(160.697)	(345.562)
Em 31 de março 2020	14.356	183.434	15.435	641.045	80.946	7.122	1.056	52.868	776	95.469	502.164	1.594.671
Custo total	14.356	270.445	36.404	1.524.537	122.472	27.398	4.111	52.868	776	95.469	645.716	2.794.552
Depreciação acumulada	-	(87.011)	(20.969)	(883.492)	(41.526)	(20.276)	(3.055)	-	-	-	(143.552)	(1.199.881)
Valor líquido	14.356	183.434	15.435	641.045	80.946	7.122	1.056	52.868	776	95.469	502.164	1.594.671
Valor líquido de:												
Custo histórico	1.222	135.302	15.435	596.579	80.228	7.122	1.056	52.868	776	95.469	502.164	1.488.221
Mais-valia	13.134	48.132	-	44.466	718	-	-	-	-	-	-	106.450
	14.356	183.434	15.435	641.045	80.946	7.122	1.056	52.868	776	95.469	502.164	1.594.671
Bens em garantias (b)	11.859	2.460	-	44.842	26.099	-	-	-	-	-	-	85.260
Vida Útil		de 22 a 48 anos	de 14 a 25 anos	de 2 a 18 anos	de 2 a 11 anos	de 2 a 20 anos	de 3 a 17 anos				de 5 a 6 anos	

b. Garantia

Em 31 de março de 2020, bens com valor contábil de R\$ 85.260 consolidado e controladora (R\$ 147.199 em março de 2019), estavam sujeitos a fiança registrada para garantir empréstimos e financiamentos bancários e processos judiciais.

22 Intangível

	Consolidado				Total
	Licenças de software	Marcas e patentes	Pesquisa e desenvolvimento	Ágio	
Em 1º de abril de 2018	1.883	8.674	665	2.618	13.840
Adições	146	539	-	-	685
Incorporação	3.071	96	-	-	3.167
Varição cambial	-	-	100	434	534
Amortização	(845)	-	(530)	(597)	(1.972)
Em 31 de março de 2019	4.255	9.309	235	2.455	16.254
Custo	30.418	9.309	35.963	6.139	81.829
Amortização acumulada	(26.163)	-	(35.728)	(3.684)	(65.575)
Saldo contábil líquido	4.255	9.309	235	2.455	16.254
Em 31 de março de 2019	4.255	9.309	235	2.455	16.254
Adições	153	466	-	-	619
Varição cambial	119	-	66	650	835
Amortização	(1.278)	-	(46)	(648)	(1.972)
Em 31 de março de 2020	3.249	9.775	255	2.457	15.736
Custo	30.744	9.775	47.979	8.190	96.688
Amortização acumulada	(27.495)	-	(47.724)	(5.733)	(80.952)
Saldo contábil líquido	3.249	9.775	255	2.457	15.736
Vida Útil	5 anos	indefinida	5 anos	10 anos	

	Controladora		
	Licenças de software	Marcas e patentes	Total
Em 1º de abril de 2018	1.883	8.673	10.556
Adições	146	539	685
Incorporação	3.071	97	3.168
Amortização	(845)	-	(845)
Em 31 de março de 2019	4.255	9.309	13.564
Custo	30.273	9.309	39.582
Amortização acumulada	(26.018)	-	(26.018)
Saldo contábil líquido	4.255	9.309	13.564
Em 31 de março de 2019	4.255	9.309	13.564
Adições	-	466	466
Amortização	(1.241)	-	(1.241)
Em 31 de março de 2020	3.014	9.775	12.789
Custo	30.287	9.774	40.061
Amortização acumulada	(27.272)	-	(27.272)
Saldo contábil líquido	3.015	9.774	12.789
Vida Útil	5 anos	indefinida	

23 Fornecedores

Nota	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Fornecedores de cana-de-açúcar	65.151	91.490	65.151	79.912
Fornecedores de cana-de-açúcar - Mútuo financeiro	18	14.116	14.116	19.512
Fornecedores de bens e serviços		155.158	151.255	80.020
Fornecedores de bens e serviços - Mútuo financeiro	18	61.843	61.707	432.433
		296.268	292.229	611.877

24 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada (% ao ano)	Indexador	Consolidado		Controladora	
			mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Empréstimos e financiamentos						
Moeda nacional:						
Linhas do BNDES	4,96	PRÉ	5.218	9.160	5.218	9.160
Linhas do BNDES	2,79	TJLP	8.941	13.087	8.941	13.087
Linhas do BNDES	3,00	SELIC	272	479	272	479
Linhas do BNDES	6,51	IPCA + (TLP)	3.113	734	3.113	734
FINEP	3,52	PRÉ	119.105	150.847	119.094	150.847
Capital de giro (i)	2,55	+ CDI	1.220.505	609.099	1.220.505	609.099
Debêntures (ii)	2,50	+ CDI	-	560.000	-	560.000
CRA (iii)	2,50	+ CDI	592.864	-	592.864	-
			1.950.018	1.343.406	1.950.007	1.343.406
Moeda estrangeira:						
Capital de Giro (iv)	2,81	Var. cambial + LIBOR	93.946	101.694	93.946	101.694
Capital de Giro (v)	6,53	Var. cambial	54.589	46.763	54.589	46.763
Pré-pagamento de exportação (USD)	3,27	Var. cambial + LIBOR	186.633	218.573	186.633	218.573
Pré-pagamento de exportação (EUR)	4,15	Var. cambial	-	85.274	-	85.274
Pré-pagamento de exportação (EUR)	3,75	Var. cambial + EURIBOR	178.109	136.228	178.109	136.228
Empréstimo externo (EUR)	0,95	Var. cambial + EURIBOR	26.298	26.278	-	-
Empréstimo externo (USD)	0,95	Var. cambial + LIBOR	8.046	21.114	-	-
			547.621	635.924	513.277	588.532
Financiamentos - Cooperativa						
Moeda nacional:						
Letra de Cambio	3,70	Pré	47.839	51.984	47.839	51.984
			2.545.478	2.031.314	2.511.123	1.983.922
Circulante						
			(523.430)	(463.630)	(489.075)	(442.516)
Não circulante						
			2.022.048	1.567.684	2.022.048	1.541.406

- (i) Em continuidade ao processo de alongamento da dívida, a Companhia assinou em 25 de fevereiro de 2019 a proposta para estruturação de financiamento sindicalizado junto ao Banco Itaú BBA S.A. e ao Banco Rabobank International Brasil S.A. coordenadores e estruturadores da operação sindicalizada das seguintes instituições: i) Banco Itaú BBA S.A.; ii) Banco Rabobank International Brasil S.A.; iii) Banco BTG Pactual S.A. e iv) Banco do Brasil S.A., através da celebração de contrato de abertura de crédito e outras avenças em 13 de junho de 2019, prevendo a participação no montante de R\$ 140.000 por participante, totalizando R\$ 560.000, por meio de emissão de Cédulas de Crédito à Exportação (CCE), com vencimentos semestrais, sendo o primeiro vencimento de principal para o dia 20 de abril de 2021.
- (ii) Buscando o alongamento das linhas de crédito durante a Safra 18/19, a Administração da Companhia elaborou um planejamento de reorganização de seu endividamento. Como resultado dessa reorganização foi emitido em março de 2019 uma operação de debênture simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 560.000, liquidada antecipadamente em 18 de novembro de 2019.
- (iii) A Companhia captou de recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira pela Companhia, no montante total de R\$600.000 em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$600.000, pela Securitizadora e coordenados por, Itaú BBA S.A. na qualidade de coordenador líder, XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A e Banco Rabobank International Brasil S.A. cuja a emissão foi em 14 de novembro de 2019. A remuneração do CRA é de 100% do CDI acrescido de sobretaxa de 2,5% ao ano, com pagamentos semestrais de juros a partir de 14 de outubro de 2020 e sete amortizações semestrais a partir de 15 de outubro de 2021.
- (iv) O montante de capital de giro em moeda estrangeira possui operação de swap de dólar para reais, mitigando o risco de variação cambial na operação, cujo custo após o swap é de 136,33% do CDI.
- (v) O montante de capital de giro em moeda estrangeira possui operação de swap de dólar para reais, mitigando o risco de variação cambial na operação, cujo custo após o swap é de CDI + 2,5%.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
De 13 a 24 meses	800.094	660.847	800.094	644.696
De 25 a 36 meses	550.280	357.054	550.280	346.927
De 37 a 48 meses	351.492	205.279	351.492	205.279
De 49 a 60 meses	280.055	155.729	280.055	155.729
De 61 a 72 meses	39.676	124.477	39.676	124.477
De 73 a 84 meses	451	64.298	451	64.298
	<u>2.022.048</u>	<u>1.567.684</u>	<u>2.022.048</u>	<u>1.541.406</u>

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem, ainda, avais de empresas ligadas, fiança bancária para operações BNDES, FINEP e COPERSUCAR, e alienação fiduciária de bens.

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em março de 2020:

	Consolidado					
	Saldo inicial em 1º de abril de 2019	Liberações	Pagamentos principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo final em 31 de março de 2020
<i>Empréstimos e financiamentos</i>						
Moeda Nacional	1.395.390	1.740.119	1.166.628	113.107	142.083	1.997.857
Moeda Estrangeira	635.924	-	223.233	30.485	165.415	547.621
Total	<u>2.031.314</u>	<u>1.740.119</u>	<u>1.389.861</u>	<u>143.592</u>	<u>307.498</u>	<u>2.545.478</u>

	Controladora					
	Saldo inicial em 1º de abril de 2019	Liberações	Pagamentos principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo final em 31 de março de 2020
<i>Empréstimos e financiamentos</i>						
Moeda Nacional	1.395.390	1.740.119	1.166.628	113.106	142.071	1.997.846
Moeda Estrangeira	588.532	-	196.151	30.149	151.045	513.277
Total	<u>1.983.922</u>	<u>1.740.119</u>	<u>1.362.779</u>	<u>143.255</u>	<u>293.116</u>	<u>2.511.123</u>

a. Obrigações contratuais

A Companhia possui algumas obrigações contratuais, como manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira (i), apresentação das demonstrações financeiras combinadas auditadas com parecer do auditor independente sem ressalvas e limitações na realização de operações relativas à cisão, incorporação e fusão das companhias combinadas e manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira i) razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado combinado Zilor; ii) Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo circulante sem considerar o Ativo Biológico); iii) razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido. Todas essas obrigações decorrentes as cláusulas dos covenant's referentes à emissão dos CRA que possuem exigências financeiras que estão sendo cumpridas.

b. Juros provisionados, juros pagos e taxa média ponderada

A taxa média ponderada sobre a totalidade dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2020 foi de 5,7% a.a. (7,3% a.a. em março de 2019). Os juros totais provisionados sobre os empréstimos e financiamentos foram de R\$ 175.211 consolidado e controladora (R\$ 88.449 consolidado e controladora em março de 2019) (nota explicativa 38).

Os juros efetivamente pagos sobre empréstimos foram de R\$ 143.592 consolidado e R\$ 143.255 controladora (R\$ 38.712 consolidado e R\$ 35.599 controladora em março de 2019), sem considerar os juros financeiros ativos sobre as aplicações financeiras no valor de R\$ 35.180 consolidado e R\$ 32.420 controladora (R\$ 5.171 consolidado e R\$ 6.265 controladora em março de 2019) (nota explicativa 37). Considerando uma base de caixa líquida, o custo financeiro sobre os empréstimos e financiamentos foi de R\$ 108.412 consolidado e R\$ 110.835 controladora (R\$ 33.541 consolidado e R\$ 29.334 controladora em março de 2019).

c. Variação Cambial

Em que pese a Companhia não ter optado pela política de contabilidade de *hedge (hedge accounting)*, a gestão financeira da Administração, para eliminar riscos de exposição cambial, fruto do fluxo de caixa advindo dos efetivos recebíveis e das estimativas de exportação da unidade de negócio Biorigin, privilegia financiamentos mantidos em moeda estrangeira cuja gestão diária proporciona uma espécie de *hedge* natural. Considerando que esses financiamentos possuem natureza de longo prazo, extrapolando o fluxo de recebíveis em moeda estrangeira e a previsão de exportação, a variação cambial passiva contabilizada contra o resultado, neste exercício, no valor de R\$ 128.276 consolidado e controladora resultou em aumento em 31 de março de 2020 do endividamento neste mesmo montante, sendo uma despesa que não gera efeito caixa.

25 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado	
	mar/20	mar/19
IRRF- Imposto de Renda Retido na Fonte	2.056	1.338
Outros	3.897	3.297
	5.953	4.635
	Controladora	
	mar/20	mar/19
IRRF- Imposto de Renda Retido na Fonte	2.052	1.338
Outros	3.868	2.755
	5.920	4.093

26 Passivo fiscal corrente

	Consolidado	
	mar/20	mar/19
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	5.841	-
	<u>5.841</u>	<u>-</u>
	Controladora	
	mar/20	mar/19
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	2.154	-
	<u>2.154</u>	<u>-</u>

27 Tributos parcelados

	Consolidado e Controladora	
	mar/20	mar/19
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido (i)	73.377	86.768
Taxa do IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool	1.928	2.284
PIS sobre faturamento - Lei 10.637/2002	473	561
INSS - Salário educação	842	998
Débito previdenciário	588	679
	<u>77.208</u>	<u>91.290</u>
Circulante	(16.419)	(16.012)
Não circulante	<u>60.789</u>	<u>75.278</u>

- (i) O parcelamento de IRPJ e CSLL refere-se glosa fiscal de despesas com debêntures contabilizadas a título de provisão relativas ao período de 1997 à 2002 parcelado no âmbito da lei 11.941/09, consolidada em setembro de 2011 com previsão de encerramento em outubro de 2024.

28 Obrigações com a Cooperativa

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Letra de câmbio (i)	126.963	111.319	112.307	111.319
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar (ii)	31.622	37.457	31.622	37.457
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa (iii)	9.635	20.866	9.635	20.866
	<u>168.220</u>	<u>169.642</u>	<u>153.564</u>	<u>169.642</u>
Circulante	(10.630)	(10.446)	(10.630)	(10.446)
Não circulante	<u>157.590</u>	<u>159.196</u>	<u>142.934</u>	<u>159.196</u>

- (i) Letra de câmbio
Corresponde a recursos disponibilizados aos cooperados para financiamento de suas operações, por meio de sobra de caixa obtido através de liminares em processos judiciais que pleiteiam a suspensão de exigibilidades, venda de ativos imobilizados e investimentos. Os valores são corrigidos mensalmente pela taxa SELIC e os juros auferidos não são exigíveis no curto prazo.

- (ii) Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar.
Refere-se ao parcelamento do auto de infração lavrado pela RFB relativo à cobrança de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido, por suposto ganho de capital contra a Companhia denominada 1770 Participações S.A. que foi incorporada pela empresa Arrepar Participações S.A., uma controlada da Cooperativa. A Cooperativa, na qualidade de controladora da Arrepar Participações S.A., devendo prover os recursos necessários para que esta pudesse fazer face ao débito, emitiu um Termo de Ratificação de Obrigações e Outras Avenças que foi assinado pela Cooperativa, cooperados e ex-cooperados em 28 de fevereiro de 2012, objetivando contrapor a obrigação na proporção da respectiva participação nas operações sociais de cada cooperado na Cooperativa.
- (iii) Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa
A Companhia reconheceu em seu passivo a obrigação fiscal assumida através da Cooperativa, pela consolidação da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/2009, homologada pela RFB - Receita Federal do Brasil em junho de 2011.

A natureza dos débitos dá-se da seguinte forma:

	Consolidado e Controladora	
	mar/20	mar/19
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	8.932	20.034
PIS - Programa de Integração Social	703	832
	9.635	20.866

29 Salários e contribuições sociais

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Remuneração variável – Plano de participação nos resultados	29.882	17.057	29.068	14.903
Provisão de férias e encargos	18.033	17.940	17.264	17.349
Contribuição Social com empregados	9.108	6.704	9.059	6.585
Salários e ordenados	4.661	10.432	4.620	9.789
Outras contribuições	351	563	341	561
	62.035	52.696	60.352	49.187

30 Provisões

	Consolidado						
	1º de abril de 2019	Adição por aquisição de controle	Adições	Reversões	Liquidação	Atualização monetária	31 de março de 2020
Tributárias (ii)	49.760	46.655	73.653	(25.772)	-	255	144.551
Cíveis e ambientais	1.253	138	2.476	-	-	-	3.867
Trabalhistas	3.371	155	10.288	(624)	-	-	13.190
Outros (i)	33.803	-	57.390	-	(40.272)	-	50.921
	88.187	46.948	143.807	(26.396)	(40.272)	255	212.529
(-) Depósitos judiciais	(2.332)	(38.586)	(54.369)	1.284	-	-	(94.003)
	85.855	8.362	89.438	(25.112)	(40.272)	255	118.526

Consolidado						
	1º de abril de 2018	Adições por Incorporação	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2019
Tributárias	14.376	20.391	18.647	(3.696)	42	49.760
Cíveis e ambientais	-	1.253	-	-	-	1.253
Trabalhistas	841	2.214	1.532	(1.216)	-	3.371
Outros (i)	-	-	33.803	-	-	33.803
	15.217	23.858	53.982	(4.912)	42	88.187
(-) Depósitos judiciais	(355)	(1.309)	(1.312)	644	-	(2.332)
	14.862	22.549	52.670	(4.268)	42	85.855
Controladora						
	1º de abril de 2019	Adições	Reversões	Liquidação	Atualização monetária	31 de março de 2020
Tributárias (ii)	49.664	73.653	(25.672)	-	251	97.896
Cíveis e ambientais	1.253	2.476	-	-	-	3.729
Trabalhistas	3.371	10.288	(624)	-	-	13.035
Outras (i)	33.803	57.390	-	(40.272)	-	50.921
	88.091	143.807	(26.296)	(40.272)	251	165.581
(-) Depósitos judiciais	(2.332)	(54.369)	1.284	-	-	(55.417)
	85.759	89.438	(25.012)	(40.272)	251	110.164
Controladora						
	1º de abril de 2018	Adições por Incorporação	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2019
Tributárias	14.376	20.295	18.647	(3.696)	42	49.664
Cíveis e ambientais	-	1.253	-	-	-	1.253
Trabalhistas	841	2.214	1.532	(1.216)	-	3.371
Outras (i)	-	-	33.803	-	-	33.803
	15.217	23.762	53.982	(4.912)	42	88.091
(-) Depósitos judiciais	(355)	(1.309)	(1.312)	644	-	(2.332)
	14.862	22.453	52.670	(4.268)	42	85.759

- (i) No exercício houve assunção dos passivos na qual a Zilor era avalista gerando a liquidação da provisão constituída durante a safra 2018/2019, em decorrência da compra de lavoura junto a parceiro agrícola; tal reversão foi realizada durante a safra 2019/2020 no valor de R\$ 21.367. Posteriormente na safra 2019/2020 foram constituídas duas novas provisões do mesmo tema, no valor R\$ 54.045. Em complemento, também foi liquidada o montante de R\$ 5.953 referente a recebimento dos valores provisionados em decorrência de liminar expedida para pagamentos das hidroelétricas no mercado de energia, além de nova provisão no valor de R\$ 3.345, tendo uma redução da provisão em R\$ 2.608. Adicionalmente foi revertido R\$ 1.919 relativo a um dos parceiros agrícolas contabilizados anteriormente.
- (ii) Em dezembro de 2019, a Zilor por meio da AQ, recebeu dois precatórios da ação de preços do IAA. Há um mandado de segurança que discute a incidência do PIS e COFINS sobre os recebimentos destes precatórios, além disso a Zilor depositou judicialmente estes valores no mês de janeiro.

A Companhia e suas controladas possuem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, são efetuadas pela Companhia com o apoio de seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 408.113 para o consolidado e controladora em março de 2020 (R\$ 305.493 consolidado e controladora em março de 2019).

Além desses, existem outros processos que foram mensurados como remotos. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia e suas controladas nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia e suas controladas, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

Do montante apresentado contingências passivas, com risco possível de perda, destaca-se o processo de debêntures que resultou em dois autos de infração, em resumo, a AQ obteve insumos (cana-de-açúcar) da CAQ e registrou os valores a pagar, fato que acarretou no acúmulo de dívidas. Em dezembro de 2002, os créditos associados a tais dívidas foram utilizados para a subscrição de debêntures, a fim de conferir maior liquidez para o credor, bem como remuneração considerada mais adequada. No ano de 2012, teve início uma fiscalização, a qual resultou em autuações sobre os anos de 2009 a 2012, tendo em vista a glosa das despesas com a emissão de debêntures. São dois autos de infração que atualizados somam R\$ 287.799, sendo os principais processos divulgados.

A Companhia possui também contingências ativas dentre elas destaca-se o processo discutido pela Cooperativa junto à União conforme nota explicativa 12 (a).

31 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 338.720.926.114 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Adicionalmente a Companhia através de Assembleia Geral Extraordinária, em 21 de dezembro de 2018, aprovou a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 294.197 para absorção de prejuízos acumulados.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

Reserva de integralidade do patrimônio líquido

É constituída nos termos do artigo 24 do Estatuto Social da AQ que tem por finalidade propiciar recursos para atender às necessidades de capital de giro e não poderá exceder a 80% do capital social.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

(i) Custo atribuído

É composto dos efeitos da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico - CPC 27 - Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica - ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 na data de transição (1º de janeiro de 2009), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

(ii) Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

Constituído em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado da coligada Copersucar S.A.

(iii) Ajuste acumulado de conversão

Registra as variações cambiais dos investimentos em controladas, sendo a conversão para Real das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de investidas com moeda funcional diferente da controladora.

d. Dividendos

(i) Dividendos propostos

Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da AQ que estabelece uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, entre estes, à manutenção de indicadores saudáveis de endividamento. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2020 e 2019, considerando o cenário de prejuízos acumulados da AQ, nenhum dividendo mínimo obrigatório foi constituído.

32 Informação por segmento

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a Diretoria Executiva, e o Conselho de Administração conforme as alçadas estabelecidas no processo de governança corporativa implementado pela Companhia suas controladas.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela Companhia e pelas suas controladas, compondo os seguintes segmentos:

- (i)** Açúcar, Etanol e Energia elétrica (A&EE); e
- (ii)** Biorigin (Ingredientes naturais para alimentação humana e animal).

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por negócio, com foco na rentabilidade.

	Consolidado			
	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Não Segmentado	mar/20
Receita operacional líquida	1.667.719	510.773	-	2.178.492
Varição no valor justo do ativo biológico	-	-	245.718	245.718
Custo dos produtos vendidos	<u>(1.496.692)</u>	<u>(374.938)</u>	<u>-</u>	<u>(1.871.630)</u>
Lucro bruto	171.027	135.835	245.718	552.580
Margem Bruta	10%	27%	-	25%
Despesas com vendas	(50.913)	(81.831)	-	(132.744)
Demais despesas Operacionais, líquidas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>91.085</u>	<u>91.085</u>
Lucro operacional	120.114	54.004	336.803	510.921
Outras despesas não segmentadas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(452.691)</u>	<u>(452.691)</u>
Lucro líquido do período	<u>120.114</u>	<u>54.004</u>	<u>(115.888)</u>	<u>58.230</u>

	Consolidado			
	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Não Segmentado	mar/19
Receita operacional líquida	525.309	499.400	-	1.024.709
Varição no valor justo do ativo biológico	-	-	(103.179)	(103.179)
Custo dos produtos vendidos	<u>(459.514)</u>	<u>(339.593)</u>	<u>-</u>	<u>(799.107)</u>
Lucro bruto	65.795	159.807	(103.179)	122.423
Margem Bruta	13%	32%	-	12%
Despesas com vendas	(20.136)	(73.258)	-	(93.394)
Demais despesas Operacionais, líquidas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.735)</u>	<u>(8.735)</u>
Lucro operacional	45.659	86.549	(111.914)	20.294
Outras despesas não segmentadas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(69.375)</u>	<u>(69.375)</u>
Lucro líquido do período	<u>45.659</u>	<u>86.549</u>	<u>(181.289)</u>	<u>(49.081)</u>

Ativos operacionais por segmento

Os principais ativos operacionais da Companhia e suas controladas foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo e centros de lucro em que estão alocados e o critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total. Assim essa alocação pode variar de um exercício para outro.

	Consolidado			
	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Não Segmentado	mar/20
Cientes e outras contas a receber	73.980	94.960	-	168.940
Contas a receber - Cooperativa	150.151	-	-	150.151
Estoques	3.485	239.465	-	242.950
Imobilizado	1.307.582	331.026	-	1.638.608
Intangível	3.131	12.605	-	15.736
	1.538.329	678.056	-	2.216.385
Total de ativos alocados				
Demais ativos não alocáveis	-	-	3.045.159	3.045.159
Total	1.538.329	678.056	3.045.159	5.261.544

	Consolidado			
	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Não Segmentado	mar/19
Cientes e outras contas a receber	42.962	136.287	-	179.249
Contas a receber - Cooperativa	81.427	-	-	81.427
Estoques	5.363	150.110	-	155.473
Imobilizado	1.308.790	325.298	-	1.634.088
Intangível	3.691	12.563	-	16.254
	1.442.233	624.258	-	2.066.491
Total de ativos alocados				
Demais ativos não alocáveis	-	-	1.462.068	1.462.068
Total	1.442.233	624.258	1.462.068	3.528.559

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.

33 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Açucareira Quatá S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2020 e 2019*

	Consolidado				
	mar/20				
	Valor contábil			Hierarquia do valor justo	
Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	984.636	-	-	984.636	984.636
Total	984.636	-	-	984.636	984.636
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	10.969	-	10.969	10.969
Clientes e outras contas a receber	-	168.940	-	168.940	168.940
Contas a receber - Cooperativa	-	150.151	-	150.151	150.151
Mútuo financeiro	-	9.892	-	9.892	9.892
Total	-	339.952	-	339.952	339.952
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Fornecedores	-	-	296.268	296.268	296.268
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.545.478	2.545.478	2.545.478
Instrumentos financeiros derivativos	39.859	-	-	39.859	39.859
Passivo de arrendamento	-	-	1.412.034	1.412.034	1.412.034
Obrigações com a Cooperativa	-	-	168.220	168.220	168.220
Outras contas a pagar	-	-	4.504	4.504	4.504
Dividendos a pagar	-	-	34.200	34.200	34.200
Total	39.859	-	4.460.704	4.500.563	4.500.563

	Consolidado				
	mar/19				
	Valor contábil			Hierarquia do valor justo	
Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	827.265	-	-	827.265	827.265
Instrumentos financeiros derivativos	11.414	-	-	11.414	11.414
Total	838.679	-	-	838.679	838.679
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	10.794	-	10.794	10.794
Clientes e outras contas a receber	-	179.249	-	179.249	179.249
Contas a receber - Cooperativa	-	81.427	-	81.427	81.427
Mútuo financeiro	-	9.892	-	9.892	9.892
Total	-	281.362	-	281.362	281.362
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Fornecedores	-	-	626.067	626.067	626.067
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.031.314	2.031.314	2.031.314
Obrigações com a Cooperativa	-	-	169.642	169.642	169.642
Outras contas a pagar	-	-	894	894	894
Dividendos a pagar	-	-	66.000	66.000	66.000
Total	-	-	2.893.917	2.893.917	2.893.917

Açucareira Quatá S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2020 e 2019*

	Controladora			
	mar/20			
	Hierarquia do valor justo			
Valor contábil				
Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	915.102	-	915.102	915.102
Total	915.102	-	915.102	915.102
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	10.794	-	10.794
Clientes e outras contas a receber	-	250.341	-	250.341
Contas a receber - Cooperativa	-	149.482	-	149.482
Mútuo financeiro	-	9.892	-	9.892
Total	-	420.509	-	420.509
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	-	292.229	292.229
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.511.123	2.511.123
Instrumentos financeiros derivativos	39.859	-	-	39.859
Obrigações com a Cooperativa	-	-	153.564	153.564
Outras contas a pagar	-	-	2.214	2.214
Dividendos a pagar	-	-	34.200	34.200
Total	39.859	-	2.993.330	3.033.189

	Controladora			
	mar/19			
	Hierarquia do valor justo			
Valor contábil				
Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	826.745	-	-	826.745
Instrumentos financeiros derivativos	11.414	-	-	11.414
Total	838.159	-	-	838.159
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	1.353	-	1.353
Clientes e outras contas a receber	-	207.363	-	207.363
Contas a receber - Cooperativa	-	81.427	-	81.427
Total	-	290.143	-	290.143
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	-	611.877	611.877
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.983.922	1.983.922
Obrigações com a Cooperativa	-	-	169.642	169.642
Outras contas a pagar	-	-	891	891
Dividendos a pagar	-	-	66.000	66.000
Total	-	-	2.832.332	2.832.332

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Zilor. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre a gestão sobre o sistema de risco elaborando, acompanhando e controlando planos de ação que visa eliminação, mitigação e monitoramento de riscos da companhia.

No último exercício criou -se uma área especializada em controles internos com o objetivo de salvaguardar seu patrimônio, conferir exatidão e fidedignidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a obediência às diretrizes traçadas pela Administração da Companhia. Além da área de controle interno a Companhia contratou uma auditoria de renome para assessorar o conselho com uma auditoria interna. Por fim foi criado uma área de gestão riscos para poder mapear e organizar planos de ação para mitigar os mesmos.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes relacionadas ao negócio Biorigin e de instrumentos financeiros da Companhia.

A comercialização de açúcar e etanol é realizada por meio da Cooperativa sem indícios para risco de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

O Conselho de Administração da Companhia estabeleceu uma política de crédito, constantemente monitorado pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, na qual cada novo clientes é analisado individualmente quando à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia e suas controladas inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras individuais e consolidadas, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação do Comitê de Gerenciamento de Risco.

A Companhia e suas controladas limitam a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 12 meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, consistindo em um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de ‘rolagem’ com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos sete anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia e suas controladas sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

(iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu ‘Caixa e equivalentes de caixa’ e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto ‘Fornecedores’) para os próximos 60 dias. A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à ‘Fornecedores e outras contas a pagar’.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

(v) **Risco cambial**

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia. As moedas funcionais da Companhia e suas controladas são principalmente o Real (R\$), o Dólar Norte-Americano (USD) e o Euro (€).

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia e suas controladas, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	Consolidado			
	mar/20		mar/19	
	USD	Euro	USD	Euro
Caixa e equivalentes de caixa	5.115	4.346	5.216	4.793
Clientes a receber	52.211	35.054	46.864	69.987
Fornecedores	(6.341)	(2.151)	(4.212)	(2.062)
Empréstimos e financiamentos	(343.214)	(204.407)	(286.450)	(247.780)
Swap de moeda e taxa de juros	148.049	-	147.977	-
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(215.694)	(229.342)	(156.647)	(138.719)
Exposição líquida	(359.874)	(396.500)	(247.252)	(313.781)
	Controladora			
	mar/20		mar/19	
	USD	Euro	USD	Euro
Caixa e equivalentes de caixa	1.054	-	520	-
Clientes a receber	110.811	29.305	84.203	58.094
Fornecedores	-	-	(362)	-
Empréstimos e financiamentos	(241.222)	(178.109)	(265.336)	(221.502)
Swap de moeda e taxa de juros	148.049	-	147.977	-
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(215.694)	(229.342)	(156.647)	(138.719)
Exposição líquida	(197.002)	(378.146)	(189.645)	(302.127)

A exposição líquida está dentro dos limites suportados pela condição econômica, patrimonial e operacional da Companhia, buscando contrapor o fluxo operacional advindo dos efetivos recebíveis em moeda estrangeira e das futuras exportações por meio da unidade de negócios Biorigin (nota explicativa 23 (c)). Para tanto, a gestão financeira da Companhia implementou uma política de gestão diária medindo o fluxo financeiro no horizonte de três anos vis a vis às exposições cambiais, objetivando assegurar de forma gerencial a efetividade do *hedge*, seja através dos financiamentos mantidos em moeda estrangeira ou da contratação de instrumentos financeiros derivativos de proteção.

Análise de sensibilidade

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real, USD e € contra todas as outras moedas em 31 de março, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras, somente para a visão consolidada da Companhia e suas controladas:

	Consolidado				
	mar/20				
	Saldo	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	9.461	2.365	4.731	(2.365)	(4.731)
Clientes a receber	87.265	21.816	43.633	(21.816)	(43.633)
Fornecedores	(8.492)	(2.123)	(4.246)	2.123	4.246
Empréstimos e financiamentos	(547.621)	(136.905)	(273.811)	136.905	273.811
Swap de moeda	148.049	37.012	74.025	(37.012)	(74.025)
Instrumentos financeiros derivativos NDF “Venda”	(445.036)	(111.259)	(222.518)	111.259	222.518
Exposição líquida	(756.374)	(189.094)	(378.186)	189.094	378.186
	Controladora				
	mar/20				
	Saldo	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	1.054	264	527	(264)	(527)
Clientes a receber	140.116	35.029	70.058	(35.029)	(70.058)
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(419.331)	(104.833)	(209.666)	104.833	209.666
Swap de moeda	148.049	37.012	74.025	(37.012)	(74.025)
Instrumentos financeiros derivativos NDF “Venda”	(445.036)	(111.259)	(222.518)	111.259	222.518
Exposição líquida	(575.148)	(143.787)	(287.574)	143.787	287.574

(vi) Risco operacional

A Companhia e suas controladas consideram que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos / operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Ainda em relação aos aspectos ambientais é importante mencionar a relevância do RenovaBio ao país e ao setor sucroenergético. A Companhia e suas controladas estão em processo de certificação em suas unidades produtivas com previsão firme de participação no programa que fomenta a importância do etanol de cana-de-açúcar na matriz energética do país, contribuindo para que o Brasil atenda ao acordo de Paris com a redução das emissões de gases de efeito estufa do setor de transportes.

34 Receita operacional líquida

a. Fluxos da receita

A Companhia e suas controladas geram receita principalmente pela venda de açúcar e etanol, derivados de levedura e receita de venda de energia elétrica.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Receita bruta de produtos	2.402.217	1.115.678	2.302.860	1.005.623
Devoluções e abatimentos	(4.011)	(11.739)	(2.653)	(8.947)
Impostos sobre vendas	(219.714)	(79.230)	(219.713)	(79.230)
	<u>2.178.492</u>	<u>1.024.709</u>	<u>2.080.494</u>	<u>917.446</u>

Os exercícios comparativos apresentam reflexos da implementação da reorganização patrimonial e societária comentada na nota explicativa 1 a partir de 1º de janeiro de 2019, no qual, a Companhia incorporou as entidades UBG e AZL. O mesmo é válido para nota explicativa 35.

b. Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Mercado interno:				
Etanol	1.112.138	397.909	1.112.138	397.909
Açúcar	355.725	42.072	355.725	42.072
Energia elétrica	149.762	42.693	149.762	42.693
Derivados de levedura	59.319	68.927	118.429	68.299
Outras vendas	1.138	321	419	878
	<u>1.678.082</u>	<u>551.922</u>	<u>1.736.473</u>	<u>551.851</u>
Mercado externo:				
Derivados de levedura	470.392	452.488	311.925	342.504
Açúcar	212.643	56.377	212.643	56.377
Etanol	41.100	54.891	41.819	54.891
	<u>724.135</u>	<u>563.756</u>	<u>566.387</u>	<u>453.772</u>
Receita bruta de produtos	2.402.217	1.115.678	2.302.860	1.005.623
Devoluções e abatimentos	(4.011)	(11.739)	(2.653)	(8.947)
Impostos sobre vendas	(219.714)	(79.230)	(219.713)	(79.230)
	<u>2.178.492</u>	<u>1.024.709</u>	<u>2.080.494</u>	<u>917.446</u>

(i) Venda de produtos - açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da AQ, (UBG e AZL incorporadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019) em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.

(ii) Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos para o comprador; de que seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade; de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

35 Despesas operacionais por natureza

Nota	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Cana-de-açúcar	1.031.482	110.914	1.031.482	110.914
Depreciação e amortização	453.316	56.292	452.798	53.288
Despesas com pessoal	335.896	160.495	304.142	136.864
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	122.889	342.287	83.138	275.509
Serviços prestados por terceiros	119.138	47.207	106.636	43.130
Manutenção e reparo de bens aplicados na produção	72.596	52.787	67.549	49.640
Arrendamento de terras	57.531	12.858	57.531	12.858
Despesas com comercialização de levedura	53.313	33.405	35.399	22.631
Insumos agrícolas	43.867	8.386	43.867	8.386
Despesa com comercialização Cooperativa	35.218	29.725	35.218	26.665
Provisão	27.746	6.359	22.519	6.359
Despesa com pesquisa e desenvolvimento	9.130	-	8.507	-
Varição no valor justo do ativo biológico	14 (245.718)	103.179	(245.718)	103.179
Varição nos estoques de produtos acabados e despesas de entressafra	(308.617)	86.126	(283.977)	96.810
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	5.304	-	5.304
Outros gastos	74.860	5.257	75.813	2.359
	1.882.647	1.060.581	1.794.904	953.896
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	1.871.630	799.107	1.825.843	729.365
Varição no valor justo do ativo biológico	14 (245.718)	103.179	(245.718)	103.179
Despesas de vendas	132.744	93.394	102.141	67.015
Despesas administrativas e gerais	123.991	59.597	112.638	49.033
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	5.304	-	5.304
	1.882.647	1.060.581	1.794.904	953.896

36 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Receita da Cooperativa com Indenizatória (IAA)	255.804	67.987	207.957	67.987
Resultado líquido com outras vendas	31.463	4.066	31.382	4.066
Provisão para liminar de energia (i)	6.500	707	6.500	707
Receita de vendas de imobilizado	2.046	257	2.046	257
Indenização de seguros	336	-	336	-
Resultado líquido com outras operações com a Cooperativa (ii)	(6.835)	(2.655)	(6.835)	(2.655)
Custo com venda de imobilizado	(18.697)	(1.421)	(18.697)	(1.397)
Lavoura parceiros (iii)	(41.674)	-	(41.674)	-
Outras	(13.867)	(12.775)	(13.614)	(12.188)
	215.076	56.166	167.401	56.777

- (i) Refere-se a operação descrita na nota explicativa 30 (i).
- (ii) Refere-se substancialmente ao repasse feito pela Cooperativa, do recebimento dos recursos da 2ª parcela do precatório - IAA mencionados que foram mencionados na nota explicativa 12 a.
- (iii) Refere-se as despesas relacionadas com parceiros agrícolas.

37 Receitas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	120.857	84.544	121.058	84.528
Juros sobre aplicações financeiras	35.180	5.171	32.420	6.265
Juros sobre atualização de créditos tributários	3.220	693	2.850	693
Juros sobre operações com a Cooperativa	513	74	508	89
Juros sobre demais operações e descontos financeiros	324	277	324	277
Juros sobre conta-corrente mercantil	-	-	-	1.907
	160.094	90.759	157.160	93.759

38 Despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(175.211)	(88.449)	(175.211)	(88.449)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(159.465)	(62.546)	(158.795)	(66.933)
Despesa financeira com arrendamentos (CPC 06 (R2))	(82.070)	-	(82.070)	-
Despesas bancárias	(16.235)	(1.039)	(16.121)	(943)
Despesa financeira com carve-out	(16.038)	-	(16.038)	-
Juros sobre operações com a Cooperativa	(14.052)	(5.844)	(13.915)	(5.844)
Juros sobre demais operações	(7.374)	(6.837)	(6.715)	(4.942)
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	(5.140)	(779)	(4.984)	(778)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(2.119)	(651)	(1.973)	(650)
Juros sobre conta-corrente mercantil	-	(1.871)	-	(123)
	(477.704)	(168.016)	(475.822)	(168.662)

39 Variações cambiais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	mar/20	mar/19	mar/20	mar/19
Variação cambial ativa				
Empréstimos e financiamentos	53.718	126.847	53.718	126.893
Demais operações	73.528	80.812	72.952	80.103
	127.246	207.659	126.670	206.996
Variação cambial passiva				
Operações com a Cooperativa				
Empréstimos e financiamentos	(181.994)	(185.036)	(181.994)	(185.036)
Demais operações	(25.167)	(66.759)	(24.380)	(65.448)
	(207.161)	(251.795)	(206.374)	(250.484)
Variações cambiais líquidas	(79.915)	(44.136)	(79.704)	(43.488)

40 Compromissos

a. Compra de cana-de-açúcar

A AQ possui compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção com contratos até 2032 com possibilidade de prorrogação. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em estimativa de colheita por área geográfica. O montante a ser pago pela AQ será determinado ao término de cada exercício de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP.

Contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras

A Zilor possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras para plantio de cana-de-açúcar, nota explicativa 20, que geralmente terminam em até 20 anos. Os pagamentos relacionados a essas obrigações são calculados basicamente pelo preço acumulado do ATR divulgado pelo CONSECANA e o volume de cana-de-açúcar por hectare, definido contratualmente.

Além dos compromissos de compra, a AQ na qualidade de cooperada da Cooperativa, possui toda sua produção de açúcar e etanol comprometida com a Cooperativa pelos próximos 3 anos.

41 Avais, fianças e garantias

A Companhia e suas controladas são avalista de seus principais fornecedores de cana-de-açúcar em operações de empréstimos e financiamentos, conforme segue:

	<u>mar/20</u>	<u>mar/19</u>
Açucareira Quatá S.A.	249.529	340.408
	<u>249.529</u>	<u>340.408</u>

No dia 31 de março de 2019 a Companhia foi notificada por um de seus parceiros agrícolas sobre a existência de dificuldades financeiras deste para continuar executando suas operações agrícolas. Diante dessa notificação, a Administração da Companhia iniciou tratativas com o parceiro agrícola com aquisição de sua lavoura de cana e de seus demais ativos tendo como contrapartida assunção e liquidação futura dos empréstimos e financiamentos dos quais a Companhia é avalista. Para esta potencial transação e, na condição de avalista, a Companhia registrou a provisão contábil de R\$ 21.367 durante a safra 2018/2019. Tendo em vista a conclusão do processo a Companhia registrou em junho de 2019 a liquidação da provisão em função de sua efetiva realização no montante de R\$ 20.999 e seu respectivo ajuste a valor presente de R\$ 1.120 resultando em impacto líquido no resultado de R\$ 1.488.

Já no mês de agosto de 2019 a Companhia foi notificada por dois outros parceiros sobre a mesma situação apresentada acima, os procedimentos de encerramento estão sendo elaborados, porém já se pode verificar de forma confiável os montantes envolvidos na operação, sendo o valor líquido entre a aquisição da lavoura desses parceiros e a assunção e liquidação futura dos empréstimos e financiamentos dos quais a Companhia é avalista no montante líquido de R\$ 54.045, sendo assim a Companhia registrou a provisão contábil nesse montante no mês de agosto de 2019.

42 Evento Subsequente

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 25 de junho de 2020, com a data base de fechamento para 31 de março de 2020.

Devido ao agravamento da pandemia do COVID-19 a partir de abril de 2020, a Zilor tomou medidas preventivas visando a preservação da saúde de seus funcionários, otimização de recursos e a preservação de caixa, como rolagens e captações no valor de R\$ 186 milhões, contingenciamento dos investimentos com exceção do ativo biológico e congelamento de gastos e contratações, por isso realizou as captações listadas abaixo:

Desde o dia 1º de abril de 2020 parte do caixa da controlada USP (União São Paulo S.A. Agricultura, Indústria e Comércio) controlada pela Zilor foi dada em garantia de uma cessão fiduciária e por esse motivo o montante de R\$ 22,9 milhões foi classificado para a rubrica de caixa restrito.

* * *

Açucareira Quatá S.A.
CNPJ: 60.855.574/0001-73

Diretoria Executiva

Diretores

Fabiano José Zillo

Marcos Ponce de Leon Arruda

Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior
CRC: SP-253903/O-2